adiante



IDENTIDADE
EM CONSTRUÇÃO

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É A OPORTUNIDADE PARA O BRASIL LEVAR A FRENTE UM PROJETO DE NAÇÃO

Um espaço de **debates**



RUBENS MAZON
É coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas

ADIANTE é a primeira revista mensal de Negócios e Políticas Públicas com foco em sustentabilidade e inovação. Iniciativa do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces) – referência no estudo de questões que envolvem a sustentabilidade no contexto empresarial e de políticas públicas –, a revista é produzida pelos jornalistas Luciano Martins Costa, Amália Safatle e Flavia Pardini.

Tem como missão interligar e abordar de maneira transversal assuntos que a mídia geralmente apresenta de forma fragmentada, embora tenham profunda correlação entre si: os de ordem econômica, ambiental e social

ADIANTE entende que o Brasil, nação jovem, rica em recursos naturais e com amplas potencialidades no campo da energia renovável, tem nas mãos a possibilidade de criar um modelo de desenvolvimento que seja socialmente inclusivo, economicamente rentável e ambientalmente amigável.

Assim, a revista abre um espaço de discussões para que a iniciativa privada, o governo, os cidadãos, a academia e as organizações da sociedade civil repensem os modos de produção e consumo – com o objetivo de encontrar formas inteligentes de atender às demandas da sociedade atual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Nesse processo, a inovação é ferramenta primordial.

Editorialmente independente, ADIANTE tem acesso ao melhor conteúdo técnico sobre sustentabilidade, produzido pelo GVces, e conta com a colaboração de articulistas e colunistas especializados. Seu público-alvo são líderes empresariais, formuladores de políticas públicas, integrantes do mercado financeiro, acadêmicos e participantes do Terceiro Setor. A tiragem inicial é de 10 mil exemplares mensais e a distribuição, nacional.

A revista integra o plano de comunicação do GVces, que é um dos pilares do centro para a disseminação de informações e debates ligados à sustentabilidade.

Rubens Mazon
Coordenador do GVces



FOTO: JORGE TELLES

editorial

O desafio de **avançar**

ADIANTE chega ao mercado editorial com o desafio de alargar e aprofundar o debate sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro, tema da reportagem de capa desta edição. A revista propõe uma discussão intelectualmente ambiciosa e, ao mesmo tempo, dirigida para servir aos interesses do país. Quer alertar para custos e riscos dos modelos de produção e consumo vigentes, mas também apontar soluções inovadoras e oportunidades.

É o caso, nesta edição, das reportagens sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (*à página 26*) e os novos modelos de negócio para a base da pirâmide (*à página 58*).

Olhar para o futuro requer planejar, antes de simplesmente crescer. Com terras agricultáveis, água em abundância e experiência na produção de biocombustíveis, o Brasil tem tudo para liderar a transformação da sociedade baseada na energia fóssil em direção à economia de biomassa, aponta Ignacy Sachs, grande conhecedor do Brasil e de seu desenvolvimento, em entrevista a seguir.

Fazem parte do desafio o resgate de lições esquecidas e a superação de modelos que levam à concentração de renda, à degradação da qualidade de vida, à perda de recursos naturais e ao colapso energético.

O Brasil integra a comunidade global, mas nem por isso deve abrir mão de estratégias nacionais. Detentor da maior floresta tropical do mundo, pode aprender a extrair valor sem destruí-la, como mostra artigo de Paulo Moutinho à página 44.

Os benefícios, com certeza, serão globais. E chegarão principalmente àqueles que hoje desfrutam pouco do crescimento econômico. São eles também que mais sofrem com a escassez de recursos vitais. A água, retratada em ensaio do fotógrafo Lalo de Almeida ao longo desta edição, é um dos recursos mais ameaçados. Mas a rica biodiversidade brasileira não deve ficar de fora da agenda e pode encontrar no setor privado um aliado, conforme reportagem à página 46.

Apesar do histórico brasileiro de instabilidades institucionais cíclicas, como ilustra reportagem à página 52, ADIANTE acredita na potencialidade do Brasil. Fórum aberto para receber idéias arrojadas – com projeto gráfico, de Marco Cançado, igualmente arrojado –, esta revista convida os leitores a olhar adiante.

Boa leitura,
os editores

notas



Alternativa para a biodiversidade

Uma parceria entre empresas, agências governamentais, cientistas e ONGs cria mecanismos alternativos para compensar danos à biodiversidade causados por empreendimentos. Trata-se do Business and Biodiversity Offsets Program (BBOP), gerido pelas ONGs americanas Forest Trends e Conservation International (*mais sobre compensação ambiental à página 46*).

O objetivo é compensar os danos residuais e não mitigáveis de empreendimentos de grande porte e, quando possível, superar as perdas. Os parceiros do BBOP acreditam que demonstrar um saldo no balanço de perdas e ganhos da biodiversidade pode contribuir para que as companhias obtenham licenças para operar e administrem seus custos e responsabilidades.

Hoje o BBOP administra quatro projetos piloto que abrangem um leque de ecossistemas, regiões e escalas operacionais. E está à procura de mais dois, até meados de 2006, nas áreas imobiliária, de petróleo e gás, mineração, energia e transportes. Os atuais projetos estão em andamento no Oriente Médio, México, Uganda e Gana.

A Fundação Boticário é um participante brasileiro da rede que o BBOP mantém para troca de experiências e idéias sobre o tema. – AS

BBOP O objetivo é ajudar a compensar danos causados por empreendimentos

QUEM DÁ MAIS?

Enquanto o Live 8 reunia quase 3 bilhões de pessoas para clamar por ajuda à África, uma ONG chamada I4EI (The Institute for Environmental Innovation) dava um passo em prol da mesma causa, sem alarde ou Bono Vox. Em 19 de julho, uma tonelada de gás carbônico foi leiloada pela primeira vez na internet por US$ 20. O comprador ganhou créditos de carbono e seus dólares foram investidos em grupos que plantam árvores no continente africano e na Índia. O programa, além do seqüestro de CO_2, foca em famílias de baixa renda.

Apesar de já ter vendido 150 toneladas de carbono na internet, o programa é muito maior que sua butique no eBay, mais importante site de leilão virtual do mundo. Batizado de The International Small Group and Tree Planting Program (Tist), é considerado modelo pelo Banco Mundial. Mantém mais de 2 mil pequenos grupos em Uganda, Quênia, Tanzânia e Índia, que já plantaram ao todo mais de 4 milhões de árvores.

Cada grupo ganha em média US$ 500 por ano para plantar mudas e adotar técnicas que aumentem a produtividade agrícola. O Tist estima que suas fazendas seqüestrem cerca de 1,5 milhão de toneladas métricas de carbono até 2012 e 2,3 milhões em 40 países até 2017. A plantação das árvores e a melhoria das técnicas agrícolas produzem esperança entre os membros dos grupos do Tist, diz Vannesa Henneke, coordenadora do I4EI. Na Tanzânia, quase todos são pessoas que ganham menos de 1 dólar por dia.

A entrada do Tist no eBay ainda não angariou muito dinheiro ao programa, mas permite que qualquer cidadão do planeta conectado à internet possa contribuir para a preservação ambiental e a dar uma mão para o desenvolvimento sustentável na África e na Índia. – por Alexandre Xavier

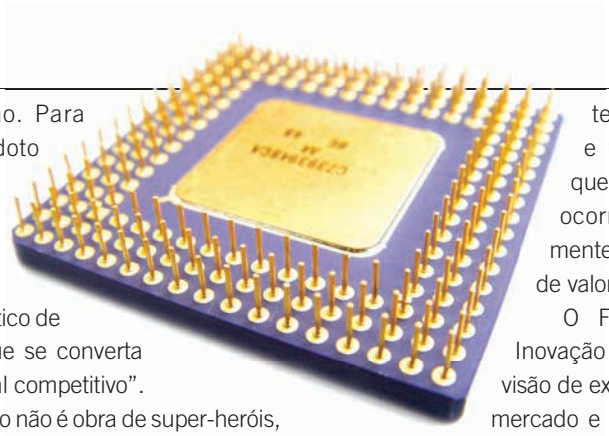


E-CO_2 Créditos de carbono gerados pela plantação de árvores na África e na Índia em leilão na web

A ESTRATÉGIA É INOVAR

O processo de comoditização industrial, provocado pela rápida disseminação de novas tecnologias e pela equalização relativa das competências, está causando a mutação do capital em passivo. As empresas despejam dinheiro no seu *core business*, contratam pesquisas de marketing, investem em TI, propaganda, terceirizam e fazem reengenharia de processos, mas ainda assim vêem suas margens sendo erodidas e perdem *market share* a longo prazo.

Isso explicaria, segundo Moysés Simantob, coordenador do Fórum de Inovação da FGV-EAESP, o fato de que há muito mais capital financeiro, especulativo, circulando no mundo do que capital investido em produção. Para ele, "o antídoto é a inovação estratégica, a capacidade de criar um fluxo sistemático de inovações que se converta em diferencial competitivo".



A inovação não é obra de super-heróis, afirma Simantob. Envolve o trabalho sistemático de revisão conceitual do que a empresa é – o que faz, como faz e para quem faz. Além da compreensão sobre suas competências essenciais e quais ainda precisa desenvolver. "A sustentabilidade depende da capacidade de inovar estrategicamente e fazer com que a inovação ocorra naturalmente na cadeia de valor", observa.

O Fórum de Inovação nasceu da visão de executivos de mercado e professores da FGV-EAESP. Seus integrantes fazem a conexão entre pesquisadores e empresas para estudar como a inovação se manifesta e compreender como atuam as organizações inovadoras. Um dos objetivos é criar uma metodologia brasileira para identificar iniciativas inovadoras. – LMC

O pulo do etanol

Enquanto o governo lança oficialmente o programa do biodiesel em janeiro e o Proálcool completa 30 anos, os pesquisadores aceleram a corrida para desenvolver uma tecnologia mais à frente no que se refere ao aproveitamento energético das plantas. Dentro e fora do Brasil. Trata-se do etanol celulósico, na qual não apenas a semente, mas todas as demais partes da planta podem ser usadas para gerar energia – e substituir combustíveis como gasolina, gás de cozinha e diesel (*leia entrevista à página 10*)

"O uso menos nobre que se pode fazer de um material é a queima. E combustível é queima", diz Raimundo Damasceno, professor da Universidade Federal Fluminense e especialista em biomassa. "O ideal é não fazer combustível de sementes, que, além de constituir a parte reprodutiva das plantas, podem ser usadas como alimento."

Assim como Damasceno, outros estudiosos estão em busca dessa tecnologia revolucionária. Um deles é Expedito Parente, considerado pioneiro na concepção do biodiesel e coordenador da Tecnologias Bioenergéticas (Tecbio), parceira de universidades alemãs.

"Hoje a bola da vez é o álcool e o biodiesel, mas daqui a dez anos será o etanol celulósico", diz Parente. Até lá, o Brasil terá de passar da escala laboratorial para a industrial. "É um grande salto que ainda vemos com cuidado. Não podemos errar o pulo", diz. – AS

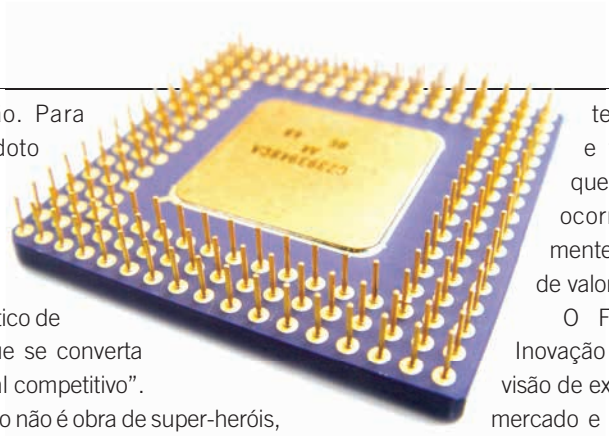


BOLA DA VEZ O etanol celulósico permite usar todas as outras partes da planta, além da semente, para gerar energia

A ESTRATÉGIA É INOVAR

O processo de comoditização industrial, provocado pela rápida disseminação de novas tecnologias e pela equalização relativa das competências, está causando a mutação do capital em passivo. As empresas despejam dinheiro no seu *core business*, contratam pesquisas de marketing, investem em TI, propaganda, terceirizam e fazem reengenharia de processos, mas ainda assim vêem suas margens sendo erodidas e perdem *market share* a longo prazo.

Isso explicaria, segundo Moysés Simantob, coordenador do Fórum de Inovação da FGV-EAESP, o fato de que há muito mais capital financeiro, especulativo, circulando no mundo do que capital investido em produção. Para ele, "o antídoto é a inovação estratégica, a capacidade de criar um fluxo sistemático de inovações que se converta em diferencial competitivo".



A inovação não é obra de super-heróis, afirma Simantob. Envolve o trabalho sistemático de revisão conceitual do que a empresa é – o que faz, como faz e para quem faz. Além da compreensão sobre suas competências essenciais e quais ainda precisa desenvolver. "A sustentabilidade depende da capacidade de inovar estrategicamente e fazer com que a inovação ocorra naturalmente na cadeia de valor", observa.

O Fórum de Inovação nasceu da visão de executivos de mercado e professores da FGV-EAESP. Seus integrantes fazem a conexão entre pesquisadores e empresas para estudar como a inovação se manifesta e compreender como atuam as organizações inovadoras. Um dos objetivos é criar uma metodologia brasileira para identificar iniciativas inovadoras. – LMC

O pulo do etanol

Enquanto o governo lança oficialmente o programa do biodiesel em janeiro e o Proálcool completa 30 anos, os pesquisadores aceleram a corrida para desenvolver uma tecnologia mais à frente no que se refere ao aproveitamento energético das plantas. Dentro e fora do Brasil. Trata-se do etanol celulósico, na qual não apenas a semente, mas todas as demais partes da planta podem ser usadas para gerar energia – e substituir combustíveis como gasolina, gás de cozinha e diesel (*leia entrevista à página 10*)

"O uso menos nobre que se pode fazer de um material é a queima. E combustível é queima", diz Raimundo Damasceno, professor da Universidade Federal Fluminense e especialista em biomassa. "O ideal é não fazer combustível de sementes, que, além de constituir a parte reprodutiva das plantas, podem ser usadas como alimento."

Assim como Damasceno, outros estudiosos estão em busca dessa tecnologia revolucionária. Um deles é Expedito Parente, considerado pioneiro na concepção do biodiesel e coordenador da Tecnologias Bioenergéticas (Tecbio), parceira de universidades alemãs.

"Hoje a bola da vez é o álcool e o biodiesel, mas daqui a dez anos será o etanol celulósico", diz Parente. Até lá, o Brasil terá de passar da escala laboratorial para a industrial. "É um grande salto que ainda vemos com cuidado. Não podemos errar o pulo", diz. – AS



BOLA DA VEZ O etanol celulósico permite usar todas as outras partes da planta, além da semente, para gerar energia

Por um modelo de próprio punho

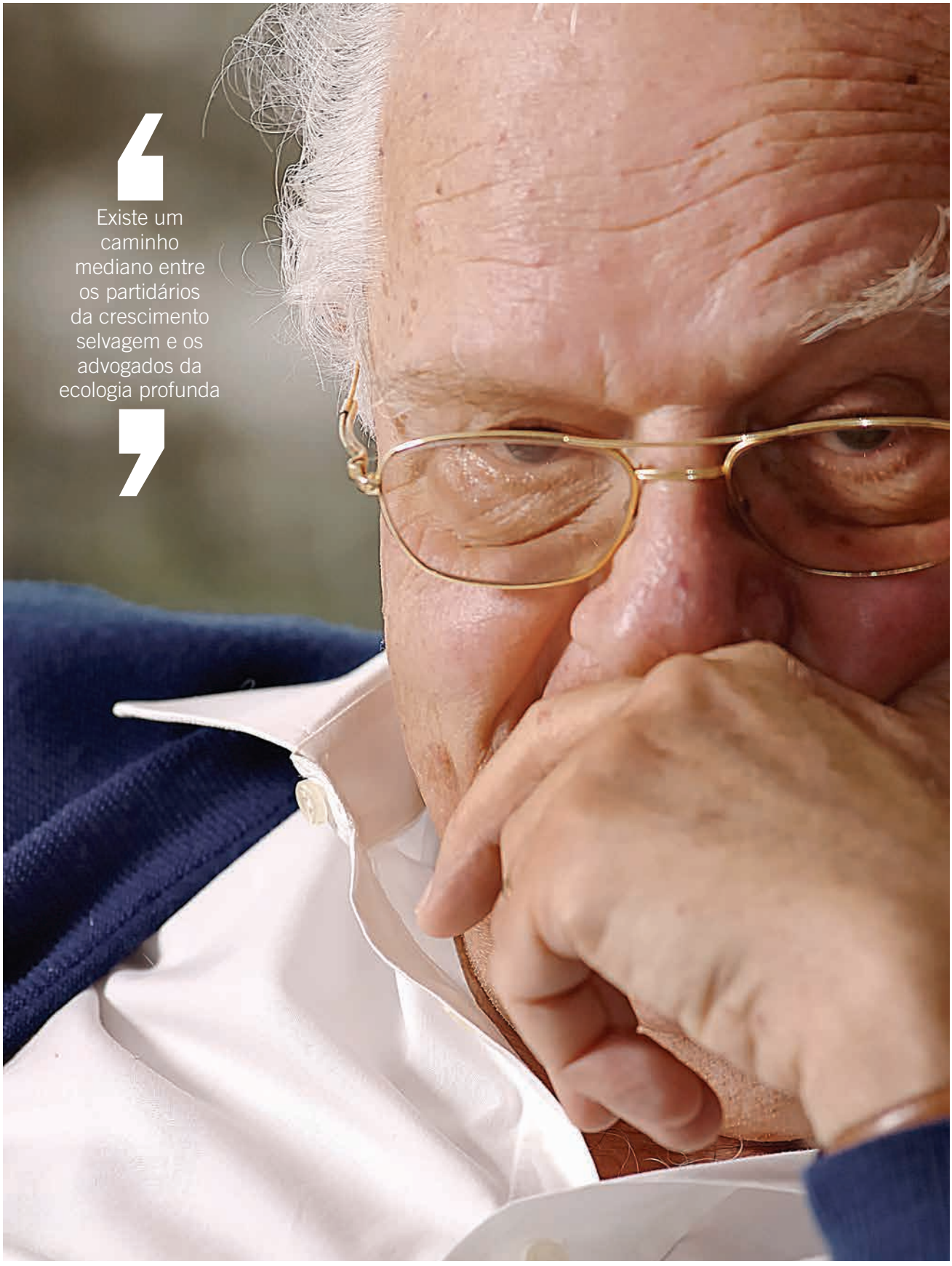
Diretor honorário do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Ignacy Sachs afirma que o Brasil, com o binômio biotecnologia-biodiversidade, tem tudo para criar uma civilização moderna de biomassa, que vai além da energia. Esta é apenas uma das oportunidades para que o país se pense e se exercite como nação, traçando por conta própria seu modelo de desenvolvimento

> A sustentabilidade remete a cinco dimensões: econômica, social, ambiental, cultural e política. À primeira vista, isso não aparece

ADIANTE: O que é sustentabilidade?
IGNACY SACHS: Se usada unicamente para fazer alusão à sustentabilidade ambiental, amputa-se parte da realidade. Mesmo assim, nisto há dois aspectos: na entrada, o problema dos processos econômicos dos recursos e, na saída, o dos rejeitos. Já são duas dimensões. Mas a essencial é a social, porque o objetivo do desenvolvimento é sempre social e ético. Não adianta propor estratégias que se choquem com a cultura. Celso Furtado dizia que o desenvolvimento é um conceito cultural, na medida em que requer invenção. Portanto: social, cultural, ambiental. E, para que as coisas aconteçam, tem de haver viabilidade econômica e política. Portanto, a sustentabilidade remete a cinco dimensões e, à primeira vista, isso não aparece.

A: Como juntar essas vertentes? No Brasil temos uma massa de excluídos muito grande, como incluí-los?
IS: Para definir uma estratégia de desenvolvimento é preciso começar pelos objetivos sociais, por um postulado ético de solidariedade com a geração presente. É preciso explicitar e levar em conta uma condicionalidade ambiental, por um postulado ético com as gerações futuras. É preciso fazer com que a estratégia proposta tenha viabilidade econômica para que as coisas aconteçam. A herança deste país é um modelo de crescimento excludente e concentrador de renda. Um fenômeno que os estruturalistas latino-americanos descreveram muito bem há meio século. É preciso, primeiro, fazer uma análise estruturalista de como funciona o modelo concentrador e excludente, para depois discutir como superá-lo.

A: E nem falamos da área ambiental.
IS: Não. O meio ambiente a gente descobre no fim dos anos 60, quando saem *Os Limites do Crescimento*, do Clube de Roma, e outros documentos políticos. Nos damos conta de que tivemos dez, 15 anos de crescimento econômico forte, com impactos sociais razoáveis nos países industrializados, mas a um custo de destruição ambiental perigoso. Acrescente-se a isso as primeiras fotografias do planeta que mostram sua finitude e vulnerabilidade. E disso surge o debate ambiental. Em 1971, em seminário na Suíça, para preparar a conferência de Estocolmo, havia duas posições extremadas. Os que diziam "primeiro o crescimento" – o delegado brasileiro afirmou: "Quando tivermos o PIB do Japão, teremos tempo para nos preocupar com o problema ambiental" – e, do outro lado, aqueles que alegavam que, se não parássemos, no fim do século enfrentaríamos escassez de recursos naturais ou seríamos asfixiados pelas poluições.



FOTOS: PEDRO BICUDO



EM 1962, defendia-se a idéia de que ciência e tecnologia são patrimônio da humanidade. Hoje viraram propriedade privada



O ENCARECIMENTO do transporte levará a um fenômeno de desglobalização, com ênfase maior sobre as economias locais

> Em um mundo com tanta pobreza, dizermos que vamos parar significa empurrar os que estão embaixo para a destruição

A: Como foram equacionados os extremos?
IS: Todo o esforço desde aquele momento foi para dizer que existe um caminho mediano. Isso foi afirmado em Estocolmo, reafirmado no Relatório Brundtland, reafirmado novamente no Rio de Janeiro. Depois começou a marcha para trás. Em um mundo com tanta pobreza, exclusão e diferenças, dizer que vamos parar significa empurrar os que estão na parte de baixo da pirâmide social para a destruição. Precisamos de um outro crescimento, com uma distribuição diferente dos seus frutos. Essa era a bandeira. Ela vale hoje, em particular quando há uma corrente que diz que os resultados foram tão ruins que é preciso abandonar a idéia do desenvolvimento. Não, a idéia do desenvolvimento é mais do que nunca necessária, porque serve como marco conceitual para discutir os projetos do futuro, para não repetir as mazelas do passado. Entramos em uma polêmica em duas frentes. Com os partidários do crescimento selvagem e com os advogados da ecologia profunda.

A: É possível esse caminho do meio?
IS: Na teoria, indiscutivelmente. O problema é o porquê desse hiato entre a teoria e a prática. Isso é um problema do papel do Estado no desenvolvimento. Precisamos de um Estado desenvolvimentista, enxuto. O desenvolvimento nessa linha que descrevi não pode ocorrer em economia de mercado pura. Essa economia, primeiro, é míope, segundo, é insensível e, terceiro, se não for corrigida pela ação do Estado, vai sempre puxar pelo lado do crescimento concentrador e excludente. O Estado tem de definir uma estratégia nacional de desenvolvimento, porque a parte mais vulnerável da economia está na sua interface com a economia mundial. Sem algum tipo de controle sobre os fluxos de capital e sobre a moeda, o câmbio, não dá para ter uma estratégia realmente nacional.

A: É o que falta ao Brasil?
IS: Não quero entrar no juízo da política atual. Precisamos de um instrumento que permita articular melhor a economia nacional com a mundial. Com o petróleo cada vez mais caro, assistiremos a um fenômeno de desglobalização, devido aos custos altos de transporte, com maior ênfase sobre as economias locais, encurtando distâncias entre produção e consumo.

A: Isso seria uma boa notícia?
IS: Se trabalharmos. O Brasil tem uma chance extraordinária na crise do petróleo, se conduzir bem o problema. A primeira função é a articulação dos espaços. A segunda, a capacidade de articular os objetivos sociais, ambientais e econômicos, o que requer algum tipo de planejamento. Terceiro, o desenvolvimento tem de ser negociado com as diferentes forças vivas que participam do processo. Quarto, o Estado deve ter presença forte na pesquisa. De todas as coisas negativas para os países do Sul nas últimas décadas, a pior é a lei da propriedade intelectual. Quando nos reunimos – sou um dinossauro das conferências internacionais, comecei há mais de 40 anos – em Genebra, em 1962, na primeira conferência sobre ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento, a idéia era que a ciência e a tecnologia constituem patrimônio da humanidade. Hoje estamos a 180 graus de lá. A ciência e a tecnologia são propriedade privada com patentes, superpatentes etc. Deixar a pesquisa na mão das empresas é condená-la a não ir nas direções mais necessárias para promover o desenvolvimento socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado.

A: Há uma enorme confusão com os adjetivos sustentado e sustentável.
IS: A idéia de que temos de ter um processo econômico sustentado, com taxas razoáveis, está aí e nos remete a uma velha parte da teoria do crescimento, que é o problema das taxas de acumulação, de poupança etc. Estamos com taxas de investimento pífias e isso não pode



O TIPO DE ENSINO da Economia que se faz hoje, puramente contábil e monetário, a torna pouco eficaz para o debate essencial



gerar uma taxa de crescimento rápido, embora não se deva cair na idéia de que é através das taxas de investimento que se mede a eficiência do processo. Há diferentes formas de investir e mobilizar os recursos. Para avançar, temos de reaprender a pensar a economia em termos reais e não em termos puramente contábeis e monetários. Isso requer uma considerável mudança nas cabeças, porque o tipo de ensino de Economia que se faz hoje vai na direção oposta e torna a Economia pouco eficaz no debate essencial.

A: Há também vários entendimentos sobre o desenvolvimento.

IS: Estamos sentados em ruínas de vários paradigmas falidos. O socialismo real entrou em agonia com a invasão da então Tchecoslováquia em 1968 e morreu com a queda do Muro de Berlim. O Consenso de Washington, como proposta intelectual, morreu com a crise argentina. A socialdemocracia européia está em crise profunda porque foi longe demais na aceitação da economia de mercado. Tenho nenhuma simpatia e pouca confiança nesse modelo de crescimento rápido que se alimenta da desigualdade social crescente, que foi o do milagre brasileiro e é hoje o da China. A exclusão e a concentração são os frutos normais do crescimento, mas, como se gera muita riqueza, pode-se pegar uma parte e compensar os que ficaram na beira da estrada. Pode-se investir nas redes sociais por meio de uma política fiscal apropriada. A política compensatória tem o Bolsa-Família, que permite a uma parte dos excluídos sobreviver. Mas, para sair do modelo excludente, poderíamos retomar mais de perto o modelo escandinavo.

A: Qual é o apelo do modelo escandinavo?

IS: É uma tributação muito menos pesada para as empresas do que a brasileira, mas muito mais eficiente e forte sobre os lucros. Portanto, não onera a empresa, mas gera uma massa de recursos na mão do Estado que permite criar e manter redes universais de serviços sociais extremamente eficientes. E é um modelo altamente participativo, em que a democracia – não a de voto, mas a de espaço de discussão – está fortemente presente.

A: O Brasil tem de usar um modelo ou poderia desenvolver o seu próprio?

IS: A história fornece unicamente antimodelos: como superar aquilo que os outros fizeram. O desenvolvimento tem de ser, do ponto de vista intelectual, endógeno. Costumo dizer que o potencial de desenvolvimento de um país é, antes de mais nada, a capacidade de se pensar.

A: Do ponto de vista endógeno, qual o potencial de desenvolvimento do Brasil?

IS: O Brasil tem uma potencialidade ainda mais gritante, agora que entramos no começo do fim da era do petróleo. Um geógrafo belga, Pierre Gourou, falava das grandes civilizações antigas do vegetal. Hoje, com a biotecnologia, temos tudo para criar uma civilização moderna

> Tenho nenhuma simpatia e pouca confiança no modelo de crescimento rápido, que foi o do milagre brasileiro e é hoje o da China





O BRASIL tem água e terra suficientes para produzir alimento e energia, especialmente se usar sistemas integrados de produção

> Criar um ciclo de desenvolvimento rural, fugir da energia fóssil e sair da geopolítica do petróleo são problemas cruciais que se cruzam. O Brasil pode ser o ponto de interseção

de biomassa. Ela é energia, mas é também alimento, adubo verde, material de construção, matéria-prima industrial, fármacos. Depende de trabalharmos bem o binômio biodiversidade/biotecnologia – temos uma pesquisa agronômica e biológica de classe internacional muito importante para a inovação. Temos 30 anos de experiências boas e ruins do Proálcool, uma indústria capaz de substituir totalmente gasolina por álcool. E estamos às vésperas de uma grande revolução tecnológica, que é o etanol celulósico, que vai transformar todos os resíduos vegetais em matéria-prima para a produção de energia.

A: O que é o etanol celulósico?

IS: O etanol normalmente é extraído dos açúcares, ou do amido, e a celulose é do bagaço. A Dedini já tem patente para extrair álcool do bagaço. Os americanos apostam fortemente nessa idéia. O biodiesel é pouco mais complicado, mesmo assim, as possibilidades no trópico úmido são enormes. O problema é em que ponto a substituição dos derivados de petróleo vai se chocar com o postulado da segurança alimentar. É um tema polêmico na literatura. O Brasil tem água e terra suficientes para produzir alimento e energia. Especialmente se partirmos para a definição de sistemas integrados de produção, e não para a justaposição.

A: Terra e água solucionam o problema?

IS: Posso imaginar a substituição pelos biocombustíveis usando uma agricultura sem homens, ou imaginá-la como extraordinária oportunidade para definir um novo ciclo de desenvolvimento rural. Este é um problema político, não tecnológico. Encontrar um futuro decente para 2 bilhões de agricultores familiares é o problema social mais importante do mundo. É pouco mais de 40% da força de trabalho mundial. Vamos jogar todos nas favelas? O biocombustível não é o substituto de uma estratégia energética, é apenas um elemento dela. Existe um enorme potencial de empregos rurais não agrícolas e temos de sair do petróleo porque as mudanças climáticas serão irreversíveis. Por fim, o maior risco de uma catástrofe mundial está na geopolítica do petróleo. Portanto criar um novo ciclo de desenvolvimento rural, fugir da energia fóssil e sair da geopolítica do petróleo são três problemas cruciais que se cruzam. O ponto de interseção é um grande programa de biocombustível, do qual o Brasil tem tudo para ser o carro-chefe.

A: Quais forças tentam fazer com que isso não aconteça?

IS: Não vejo contradição entre promover os biocombustíveis e funcionar na área do petróleo. É possível negociar contratos de longo prazo entre as empresas que comercializam petróleo e os produtores de aditivos. Não vejo interesse das companhias petrolíferas em boicotar os biocombustíveis, sobretudo porque isso prolonga sua vida útil e permite

AS MAIORES oposições aos biocombustíveis vêm do lobby da energia nuclear e de uma ala de ambientalistas



O ETANOL brasileiro custa cerca de 20 centavos de euro o litro; o americano, 30, e o europeu, 50



a elas usar o petróleo para fins mais nobres. A oposição vem dos lobbies industriais que querem promover outras energias. A maior oposição virá do setor nuclear, que está outra vez saindo com o bloco na rua. Curiosamente, quem mais se opõe é uma ala dos ambientalistas – os alarmistas que acham que todos vão morrer de fome, que vamos tirar solo e água para produzir combustível.

A: Os EUA seriam o concorrente direto do Brasil na sociedade da biomassa?
IS: Há vários. Os EUA e o Canadá têm tudo para entrar em programas de biomassa internos. O Canadá tem a proposta de usar uma gramínea que cresce naturalmente, chamada *switchgrass*. Existe uma iniciativa da Unctad que avalia as perspectivas de biocombustíveis na África. Os holandeses, que estudam o tema de perto, dizem que há grande potencial no Leste Europeu.

A: Qual a vantagem comparativa do Brasil?
IS: O Brasil tem vantagem indiscutível. O etanol brasileiro custa cerca de 20 centavos de euro o litro; o americano, 30, e o europeu, 50. Para o Brasil o etanol é competitivo com o petróleo a US$ 35. No biodiesel o *break-even* fica em torno de US$ 60. Uma crítica que sempre fiz ao Proálcool é que deveria ter vindo com o pró-óleo e se transformado no pró-cana, usando todos os subprodutos. O país vai dobrar a capacidade de produção de etanol nos próximos anos. Há margem para discutir a estratégia, tanto de localização quanto do tamanho das usinas. Os usineiros querem grandes usinas ao custo mínimo, mas tudo pode ser discutido, sobretudo quem vai fornecer a cana. Há um erro no debate brasileiro ao não distinguir da cana as mazelas do sistema social que foi construído em cima da cana. Não é a cana que exige essa concentração fundiária.

A: Aí entra a necessidade de o Estado planejar. Isso vem acontecendo?
IS: O Ministério da Agricultura, o núcleo de altos assuntos estratégicos, todos estão mexendo com o tema, inclusive no Palácio no Planalto. Há uma tomada de consciência e há um lobby dos usineiros que é impressionante. De outro lado, o Ministério do Planejamento é o Ministério do Orçamento. Reconstruir a capacidade de planejar é certamente um dos problemas que se coloca ao Brasil. O paradoxo é: não há multinacional que não esteja planejando. E há um problema institucional: o político se reelege de quatro em quatro anos.

A: E há pouca participação da sociedade nas discussões.
IS: Esse é um problema crucial. Falta a inclusão, em todos os currículos, do ensino da cultura do desenvolvimento. Temos de fazer a cabeça do médico, do veterinário, do arquiteto etc., e não deixar que o desenvolvimento seja uma especialidade estreita como é hoje. E as instituições de participação não podem ser feitas do dia para a noite, elas têm de crescer. Precisamos criar uma opinião pública que saiba quais são os desafios, as oportunidades, e ter a paciência de começar o processo participativo por meio de um inventário compartilhado dos problemas locais.

A: As empresas parecem muito interessadas na sustentabilidade. Por quê?
IS: Em alguns casos, por marketing; em outros, por convicção. Mas é falsa a idéia de que o ambiente é sempre um custo, o ambiente pode ser fonte de lucro legítimo. O potencial de gerar recursos através de uma política ambiental passa por reciclagem, conservação de energia, de água, melhor manuseio do parque de infra-estrutura. Cada vez que prorrogo a vida útil das infra-estruturas, reduzo a demanda pelo capital de reposição e libero capital para investimentos novos. As empresas que queiram partir para esse caminho são bem-vindas.

“É falsa a idéia de que o ambiente é sempre um custo, o ambiente pode ser fonte de lucro legítimo”

retrato

FUTURO FLUTUANTE

FOTO: LALO DE ALMEIDA

As veias do Amazonas secaram. E deixaram Caapiranga e suas 26 casas flutuantes encalhadas. Em 2005, a maior floresta tropical úmida do mundo enfrentou a seca mais intensa das últimas décadas, alimentada pelo corte das árvores para dar lugar ao gado e às plantações. O que era mar vira sertão, mas o ribeirinho ainda pode tomar banho de cacimba. Até quando? De acordo com o dito popular, quem vier depois que se arranje...





Um país que precisa virar nação

ESCORADO NA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E NA DESIGUALDADE, O BRASIL ALMEJA A SUSTENTABILIDADE, MAS ADIA HÁ UM SÉCULO A INCORPORAÇÃO DE QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS



A notícia passou despercebida: a riqueza total do Brasil está crescendo e com tendência sustentável, segundo cálculos do Banco Mundial. A riqueza total, neste caso, inclui o capital produzido pelo homem – máquinas, equipamentos, bens de consumo –, os recursos naturais e os chamados ativos intangíveis, que abrangem desde o nível de educação da população até o sistema jurídico nacional.

Para quem se perde na profusão de índices – quase 30% da população é considerada indigente, o Brasil ostenta uma das maiores disparidades sociais do mundo, 26% dos brasileiros têm menos de quatro anos de estudo, 82 milhões de pessoas não dispõem de serviços de esgoto, o desmatamento atinge pelo menos 17% da Floresta Amazônica –, é difícil chegar a uma visão tão límpida da sustentabilidade quanto a do Banco Mundial.

Ainda mais quando o termo "sustentabilidade" é usado em tantos e diversos contextos como no Brasil atual – seja por economistas que almejam o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) indefinidamente e por governantes ansiosos pela reeleição, seja por empresas que buscam melhorar sua imagem. E em especial no país onde o planejamento e a avaliação do impacto das atividades econômicas sobre os recursos naturais e a população são, na maior parte, considerados entraves.

De uma nação dita sustentável se esperaria o planejamento de suas políticas com base na preservação e otimização dos recursos de ordem econômica, ambiental, social e cultural, de modo a garantir o bem-estar da sociedade de hoje, sem sacrificar o bem-estar das próximas gerações.

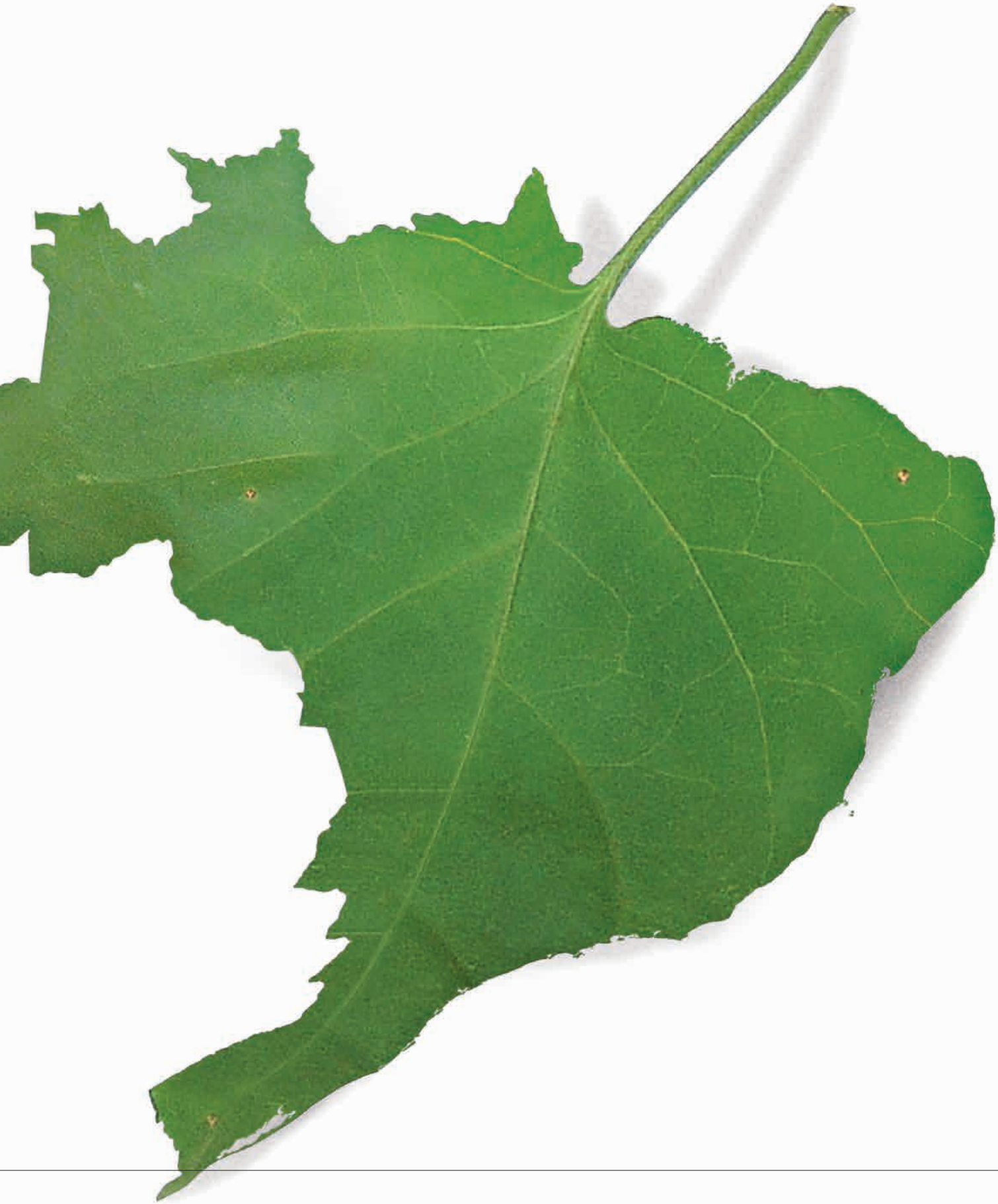
Mas, para que esse planejamento exista e se dê em forma de efetivas políticas públicas, é necessário haver um fórum de discussões aberto à sociedade e, antes disso, uma sociedade com formação e informação para discernir e escolher os caminhos que o país deve trilhar. O recente referendo sobre armas de fogo dá uma idéia da dificuldade dos debates públicos sobre t¡emas complexos.

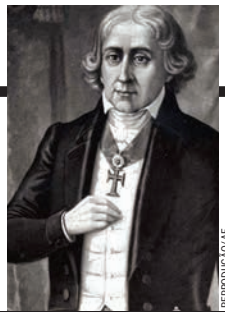
No Brasil, país de forte herança colonialista e trajetória histórica marcada pela dominação das elites econômicas e por regimes ditatoriais, o debate necessário ao planejamento não encontrou espaço suficiente para se desenrolar. "O Ministério do Planejamento é o Ministério do Orçamento", diz Ignacy Sachs, diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, em entrevista à página 10.

As instituições democráticas, ainda incipientes, promovem algum ambiente para o debate, mas muitas vezes a discussão ocorre sobre bases e condições já estabelecidas, cristalizadas, sem que tivesse havido o necessário envolvimento da sociedade.

Um claro exemplo dá-se no arcabouço legal ambiental. A legislação brasileira para o meio ambiente é considerada uma das mais avançadas e rigorosas do mundo. Entre seus objetivos estão a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico e, levando isso

Por Amália Safatle e Flavia Pardini





REPRODUÇÃO/AE

NO INÍCIO do século XIX , autores como José Bonifácio já ligavam a economia à questão ambiental, mas não encontraram eco



> É o pecado original, a economia nasceu pensando só em crescimento e continua assim até hoje

em conta, a definição de áreas prioritárias de ação do governo.

Na prática, quantos brasileiros conhecem a política e as prioridades do governo – que deveriam refletir as da sociedade – na área ambiental? Mas mencione-se um EIA-Rima e o cidadão médio provavelmente sabe do que se está falando.

A política nacional de meio ambiente lista uma série de instrumentos pelos quais se espera atingir os objetivos elencados. Entre eles, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que se transformou, ainda que de maneira falha, no único fórum disponível para que a sociedade discuta os danos que aceita, ou não, no caso de um projeto com impactos socioambientais (*ver quadro*).

Dessa forma, ninguém pode dizer que o debate inexiste, mas o fato é que ocorre em um estágio tardio, quando decisões estão tomadas e a população é convidada a opinar sobre formas de mitigar e compensar os impactos dos projetos.

Qual a matriz energética que se quer desenvolver? Que meios de transporte são os mais adequados? De que forma o Brasil deve enfrentar a questão das mudanças climáticas? Quais regiões precisam ser conservadas para garantir acesso à rica biodiversidade brasileira? Quais podem ser exploradas? Como fomentar atividades geradoras de emprego com baixo impacto sobre os recursos naturais? Como evitar que o esgotamento de recursos valiosos como a água afete justamente a população mais pobre?

Estas e outras perguntas pairam no ar, mas talvez tivessem resposta se o Brasil tivesse dado continuidade à discussão que florescia por aqui a partir do final do século XVIII.

A IMAGEM DE ABUNDÂNCIA E DE FRONTEIRA ABERTA DOS TRÓPICOS INDUZIU À VISÃO DE CURTO PRAZO

DEBATE PIONEIRO

A pesquisa do historiador José Augusto Pádua, que deu origem ao livro *Um Sopro de Destruição*, revela que mais de 50 autores brasileiros, entre eles José Bonifácio, em cerca de 150 textos publicados durante 102 anos, questionavam já naquela época as formas pelas quais se davam a exploração de recursos naturais, a prática agrícola e o modelo escravista.

Segundo Pádua, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), esses estudiosos alertavam para a degradação das terras, a poluição das águas, o êxodo rural, e ligavam tais questões à economia – antecipando em cerca de um século a reflexão hoje conhecida por sustentabilidade.

Esse debate pioneiro, genuinamente nacional e surpreendentemente moderno, no entanto, não encontrou eco além das paredes do

HOJE O PAÍS conta com uma sociedade e uma imprensa mais estruturadas para retomar o debate



FOLHA IMAGEM

O PRIMEIRO código de proteção ambiental foi colocado a serviço do "progresso industrial", dentro da ideologia de ordem e progresso

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Imperiais Institutos de Agricultura. Estava na contramão dos interesses das elites econômica e política que se enriqueciam e se fortaleciam à custa da exploração predatória de recursos naturais e humanos.

Reforçada pela idéia de abundância, de fronteira aberta e de recursos infinitos que os trópicos transmitiam ao imaginário europeu, tal exploração ocorria dentro de uma visão de curto prazo que permeava a formação colonial brasileira, simbolicamente nascida a partir da devastação de florestas de pau-brasil.

"Além disso, o Brasil daquela época não contava com atores sociais capazes de repercutir essas questões para um público mais amplo. Com isso, o pensamento daqueles estudiosos perdeu-se, o que levou a um hiato de mais de cem anos", diz Pádua.

Hoje, afirma o historiador, o país retoma o tema e, desta vez, conta com atores sociais mais diversos, o Poder Legislativo mais estruturado, a imprensa mais dinâmica, a academia mais preparada e a globalização dos temas mundiais, favorecida pelas tecnologias da mídia, como a internet.

Nesse intervalo secular, relata Pádua, a idéia de progresso – termo em moda na época – significou monocultura e, a partir da primeira metade do século XX, produção industrial. Até que uma minoria intelectual novamente veio a oferecer um contraponto.

Autores como Euclides da Cunha e Alberto Torres passaram a criticar a adoção mimética de "modelos de progresso" europeus e americanos, acreditando que estes levariam à destruição do planeta. Segundo Pádua, eram autores que exerciam alguma influência no pensamento do então presidente Getulio Vargas e provavelmente tiveram peso na criação da legislação ambiental da época.

De novo, uma forte semelhança com os dias de hoje. A Getulio Vargas não interessou incorporar a discussão sobre o modelo de progresso – hoje diríamos desenvolvimento – desejável para o Brasil. O que fez foi criar um código de proteção ambiental que controlasse o uso dos recursos naturais, colocando-os a serviço do "progresso industrial".

NA ERA VARGAS, O PENSAMENTO AMBIENTAL FOI ENCLAUSURADO EM LEIS E REGULAMENTAÇÕES

"Com isso, enclausurou-se o pensamento ambiental em leis e regulamentações, e o que se deveria discutir era o modelo de desenvolvimento e como aliar interesses econômicos, sociais e ambientais", afirma Pádua.

GAVETAS SEPARADAS

A questão é multidisciplinar, como aponta o historiador, mas provavelmente não avançará enquanto não for englobada pela economia. Não existe, entretanto, uma teoria geral do desenvolvimento sustentável, aponta Carlos Eduardo Frickmann Young, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Economia e meio ambiente são colocados em gavetas separadas por nove entre dez economistas. A grande maioria toma desenvolvimento por crescimento e poucos discutem se há ou não limitações físicas do planeta no tocante ao uso de matérias-primas, à disposição de resíduos e ao consumo de energia. Embora até considerem importantes os indicadores de qualidade de vida, não os relacionam com a preservação ambiental.

"Não se vai nunca reduzir o analfabetismo sem melhoria de renda", argumenta João Sicsú, também da UFRJ



NOVE ENTRE dez economistas apostam na tecnologia para superar os limites físicos do planeta

> O Brasil ainda tem de resolver enormes problemas sociais, como déficit habitacional e falta de saneamento básico

e adepto de uma corrente de economistas que se auto-intitulam "novo-desenvolvimentistas".

Segundo ele, a diferença desta para correntes mais ortodoxas é apenas a visão de como alcançar o crescimento sustentado (contínuo) ao longo do tempo. O novo desenvolvimentismo prega que não se pode contar com o capital externo para investir e garantir o crescimento. "Capital se faz em casa", resume Sicsú.

Sicsú diz que o meio ambiente não faz parte dos modelos usados pela esmagadora maioria dos economistas. "É o pecado original, a economia nasceu pensando em crescimento e continua pensando nele até hoje", acredita.

Assim como não há uma teoria geral do desenvolvimento sustentável, tampouco há uma teoria universalmente aceita sobre o desenvolvimento, acrescenta Young.

Para José Eli da Veiga, professor da Universidade de São Paulo, desenvolvimento é a história de uma idéia. Começou antes da Segunda Guerra Mundial, quando era traduzido por progresso material. Embora com o tempo a discrepância no crescimento do PIB dos países tenha evidenciado as diferenças entre crescimento e desenvolvimento, a maioria dos economistas defende que o desenvolvimento virá como conseqüência do crescimento.

Para exemplificar a diferença, José Eli usa a figura de um médico que avalia a taxa de crescimento de dois adolescentes com a mesma idade e condições gerais. Um tem mais gordura, o outro, mais músculos. "Ambos crescem, mas a qualidade do crescimento é diferente", diz. Dependendo de como se cresce, o resultado pode ser bom ou ruim.

O historiador Pádua concorda que o Brasil precisa crescer, ao contrário de países como a



TOM BRAZ



ASSIM COMO não há uma teoria geral da sustentabilidade, tampouco há uma teoria universalmente aceita sobre desenvolvimento

Alemanha e a Holanda, que já podem focar na melhoria da qualidade de vida enquanto buscam reduzir o consumo de recursos naturais e de energia, por meio da ecoeficiência e fabricação de produtos com menos matéria-prima.

"Não se pode esperar a mesma coisa do Brasil, que ainda tem de resolver enormes problemas sociais, como déficit habitacional e falta de saneamento básico", diz Pádua.

Oposta à idéia do crescimento a qualquer custo está uma corrente que trata o desenvolvimento como um mito, uma ilusão que tomou conta dos países pobres. José Eli prefere o que chama de "caminho do meio", que rejeita tanto o "crescimentismo" como "a ilusão" do desenvolvimento. E cita pensadores como o Nobel de Economia, Amartya Sen, e os economistas Celso Furtado e Ignacy Sachs como seus representantes. Para Amartya Sen, desenvolvimento é a expansão das liberdades.

FORA DA EQUAÇÃO

Mesmo para os economistas que superam o debate sobre o desenvolvimento, ainda está em discussão como incluir o meio ambiente na equação. A diversidade de correntes indica que estamos longe de fechar essa conta.

Na linha "crescimentista", a economia ambiental defende que a melhor maneira de solucionar o problema é crescer. O paradigma dessa corrente é a chamada curva de Kuznets ambiental, que se apóia em estudos do Nobel de Economia Simon Kuznets.

Nos anos 50, preocupado justamente com a questão do desenvolvimento, Kuznets analisou a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda. E concluiu que a relação toma a forma de um "U" invertido, onde a desigualdade aumenta à medida que há crescimento até atingir um patamar, a partir do qual passa a declinar.

Para os economistas ambientais – e vários deles replicaram o trabalho de Kuznets usando variáveis ambientais no lugar da desigualdade de renda –, os danos ao meio ambiente aumentam até que o crescimento econômico atinja determinado patamar e, depois, declinam. Estes economistas também defendem que a capacidade humana de inovar e criar novas tecnologias pode compensar parte dos danos ao meio ambiente e reduzir a dependência dos recursos naturais.

Ronaldo Serôa da Motta, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que alarmismo ambiental é nocivo para a sociedade, e não se deve agir hoje em função de suposições futuras quando não se tem capacidade de prever o futuro nem as inovações tecno-



A FAVELA da Rua Coliseu, em São Paulo, e a loja Daslu (*ao fundo*), ícone internacional do consumo de luxo: cena do modelo brasileiro de desenvolvimento

NO MEIO-TERMO ENTRE CRESCIMENTO E ILUSÃO, HÁ OS QUE VÊEM DESENVOLVIMENTO COMO A EXPANSÃO DAS LIBERDADES

> A sustentabilidade e a idéia de nação têm os mesmos princípios

lógicas que virão. Em sua opinião, o importante é trabalhar com cenários presentes, buscando o que hoje dá maior bem-estar para a sociedade como um todo, e de forma equânime.

No oposto encontram-se os adeptos da economia ecológica, que consideram a economia um subsistema do ambiente natural e, portanto, vêem limites para o crescimento da produção e do consumo. O pai dessa escola foi o romeno Nicholas Georgescu-Roegen, que, ao recorrer à segunda lei da termodinâmica, profetizou que o homem só terá longevidade sobre a Terra com a retração – e não o crescimento – da produção.

Um dos adeptos da economia ecológica, Charles Mueller, ex-presidente do IBGE e professor da Universidade de Brasília (UnB), diz que o desenvolvimento sustentável é possível, mas não é o que se vê hoje no Brasil. Ele argumenta que olhar apenas o estoque total de recursos produtivos de um país – como fez o Banco Mundial – deixa de fora um elemento fundamental da sustentabilidade: a possibilidade de a humanidade colocar em risco o sistema.

Eventos recentes como o aquecimento das águas dos oceanos – provável causa do aumento de intensidade dos furacões na América do Norte e da pior seca na Amazônia em décadas – e o derretimento das calotas polares tiraram do restrito círculo acadêmico a possibilidade de um colapso sistêmico.

Juntar desenvolvimento com sustentabili-

Planejar sai mais barato

Foi no final da década de 80 que o famoso – e famigerado – EIA-Rima comecou a fazer parte do vocabulário nacional. Hoje, é peça-chave para projetos de grande porte e criticado por atrasar as obras e elevar os custos para o empreendedor.

Os custos de evitar, minimizar e mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção do trecho Oeste do Rodoanel, na Grande São Paulo, são estimados em 30% do valor total da obra, de quase R$ 1 bilhão. No caso de usinas hidrelétricas, os gastos com compensação ambiental e social podem chegar a 40% do valor da obra.

"Só a realização do EIA hoje custa milhões", diz Marcos Mattiusso, diretor-técnico do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O EIA avalia as conseqüências de uma obra sobre o meio físico – qualidade do ar, recursos hídricos, relevo –, o meio biótico – fauna e vegetação – e o meio antrópico – as populações e a economia no entorno.

É um instrumento de planejamento para grandes projetos em áreas sensíveis, diz Mattiusso. Ele acrescenta que, em sua opinião pessoal – e não a posição da Secretaria do Meio Ambiente paulista –, a análise das alternativas fica faltando.

"O estudo de impacto ambiental é um coisa *pro forma*, um procedimento que poderia ter bases interessantes, mas se transforma em uma ferramenta para legitimar obras", afirma Glenn Switkes, da International Rivers Network, uma ONG internacional.

A legislação ambiental brasileira prevê a realização de avaliação estratégica, dentro do instrumento de "avaliação de impacto ambiental", ou AIA. Assim, no caso do abastecimento de água no semi-árido nordestino, a avaliação estratégica apontaria alternativas, como a construção de açudes, a captação de água da chuva e a transposição das águas do São Francisco.

Mas o instrumento que se institucionalizou foi o EIA-Rima, cujo foco é um projeto específico. No caso do semi-árido, parte-se do pressuposto de que a água virá do São Francisco. "Começa-se a tratar de questões ambientais a partir de um projeto", resume Mattiusso.

O EIA-RIMA, INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS, TORNOU-SE FERRAMENTA PARA LEGITIMAR OBRAS

A lei que criou a obrigatoriedade de análise de impacto ambiental em obras como rodovias e hidrelétricas é de 1981, regulamentada em 1986. Mas o instrumento já havia nascido, em 1969, nos Estados Unidos. Espalhou-se na década seguinte pela Europa e chegou aos organismos internacionais de financiamento, que passaram a pressionar países em desenvolvimento como o Brasil para adotá-la.

Antes, grandes projetos eram avaliados de acordo com dois pilares, o técnico e o econômico, afirma Mattiusso. Hoje, o terceiro pilar – o ambiental – está integrado ao processo. "É um avanço", diz. "Os projetos desenvolvidos pelos engenheiros são constantemente alterados pelas equipes ambientais. "

Na construção de rodovias, os cortes em aterro foram substituídos por túneis ou viadutos, diz Mattiusso. Embora construí-los seja cerca de 20% mais caro, o resultado é

dade, portanto, é tarefa para poucos. Mas os que se dedicam a ela enxergam grandes potencialidades para o Brasil. Ignacy Sachs acredita que o Brasil tem tudo para ser o carro-chefe da sociedade que substituirá a atual, dependente dos combustíveis fósseis. E isso justamente por causa dos recursos naturais e da possibilidade de desenvolver-se a partir deles.

O historiador Pádua também diz que é possível gerar empregos e renda de forma ambientalmente amigável, por meio de atividades ligadas ao reflorestamento, à recuperação de solos degradados, à despoluição, à geração de energia renovável e à agricultura orgânica.

"O desafio hoje está em pensar o meio ambiente dentro de uma perspectiva mais ampla. A sustentabilidade e a idéia de nação têm os mesmos princípios: visão de longo prazo, cuidado com o território, preocupação com as gerações futuras e exercício da cidadania", afirma.

O BRASIL TEM TUDO PARA SER O CARRO-CHEFE DA SOCIEDADE QUE VAI SUBSTITUIR A ATUAL

Desafio maior parece ser trazer a sociedade para o debate. Caso tão simbólico quanto o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco envolveu até greve de fome – a do bispo Luiz Flavio Cappio –, para que partes interessadas se sentissem ouvidas. Fosse o Brasil nação sustentável, talvez o jejum não fizesse parte da equação.

mais seguro do ponto de vista de engenharia e causa menos impacto ambiental. "É muito mais fácil conseguir a licença internalizando os impactos ambientais", afirma.

Obter a licença para iniciar a obra, principal objetivo do empreendedor, é apenas um passo dentro de um longo processo. Na fase de licença prévia, o empreendedor – e seus consultores – protocola junto ao órgão ambiental um plano de trabalho que detalha o que será tratado no estudo de impacto ambiental. Aprovado o plano, o órgão emite um termo de referência.

O empreendedor executa, então, o estudo de impacto ambiental para obter a licença prévia, que atesta a viabilidade da obra. Dois outros estágios do processo são as licenças de instalação e de operação, que também podem ser trabalhosos. No caso do trecho Oeste do Rodoanel, houve 100 condicionantes ambientais para que a licença de instalação fosse emitida, conta Mattiusso.

A partir do termo de referência, qualquer pessoa pode se manifestar sobre o processo, diz a consultora Cristina Simonetti, que começou a elaborar EIA em 1989. Além disso, antes da emissão da licença prévia, é divulgado o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) – documento para informação à população – e realizam-se audiências públicas. De caráter consultivo, e não decisório, elas muitas vezes se transformam em palco para políticos em campanha.

"O próprio Ibama já disse que a audiência pública é puramente para considerações técnicas", diz Glenn. "Se há oposição, então o empreendedor tem que mitigar os impactos. Não há discussão de alternativas".

Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace, lembra que o EIA é um instrumento de comando-e-controle que deve existir de maneira transparente e democrática. O problema, para ele, é que no Brasil a sociedade não tem acesso ao instrumento, o Parlamento não atua, e a comunidade ambientalista, que nos anos 90 conseguia ser ouvida, hoje é ignorada.



TOM BRAZ

RODOANEL Mais de 100 condicionantes ambientais para emissão da licença

Referência para as melhores práticas

O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL CONTRIBUI PARA DISSEMINAR POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS ENTRE AS COMPANHIAS. E ABRE OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NO MERCADO FINANCEIRO

Festejada pela expansão mundo afora, os baixos custos e o alto retorno aos acionistas, a Wal-Mart, maior rede de varejo dos Estados Unidos, não está imune ao ambiente em seu redor. Suas vendas estão diretamente ligadas ao poder de compra dos consumidores americanos – a rede vende para 80% das famílias nos EUA e emprega 1,3 milhão de pessoas –, mas a empresa parece não se sentir responsável por eles. A tal ponto que veio a público em outubro defender o aumento do salário mínimo americano.

Em vez deste pedido às autoridades, a Wal-Mart poderia elevar os salários dos funcionários. Na contramão, um documento interno publicado pela imprensa mostra que a rede se esforça para diminuir os já magros benefícios pagos aos empregados.

Episódios como esse e a intensa fiscalização sobre a Wal-Mart realizada por sindicatos, ONGs e ativistas podem resultar em prejuízos financeiros. As ações da Wal-Mart chegaram ao mercado em 1975 ao preço de 5 centavos de dólar e bateram em US$ 63 em março de 2002. Desde essa época, caíram mais de 20%.

Não se pode afirmar que os dias de alto retorno financeiro para os acionistas da Wal-Mart estão no fim. Mas o aumento do número de companhias que prezam a responsabilidade empresarial e o poder dos investidores ajudariam a mostrar que investir em aspectos socioambientais é fundamental para manter-se operando, com lucros, no longo prazo.

Assim como acontece nos Estados Unidos e na Europa, o mercado financeiro brasileiro vai contar, a partir de dezembro, com uma referência para a responsabilidade empresarial: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. A carteira do ISE será composta de até 40 empresas, cujos nomes não haviam sido anunciados até o fechamento desta edição.

O ISE chega justamente com o objetivo de disseminar as melhores práticas – tanto em relação ao público interno das empresas quanto às demais partes interessadas no negócio, ao meio ambiente e recursos utilizados ou aos acionistas – no ambiente corporativo brasileiro e de servir como referência para investimentos socialmente responsáveis (ISR).



Em um mercado que ainda engatinha em termos de responsabilidade empresarial, seria essencial poder medir seu retorno para as empresas. Mas mesmo as companhias brasileiras que figuram no portfólio do Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI) – criado em 1999 pela Dow


N
S



RELATÓRIO DO BANCO UBS ANALISA O CUSTO DE INTERNALIZAR ELEMENTOS COMO CORRUPÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Jones para avaliar a sustentabilidade de empresas globais – têm dificuldades em identificar o efeito de suas políticas de responsabilidade ambiental e social nos resultados.

"Mensurar o impacto de estar no DJSI é impossível, é como medir a governança corporativa", diz Geraldo Soares, diretor de relações com investidores do Banco Itaú, que faz parte do índice americano há seis anos.

Mas Soares adiciona que "qualquer gestão que envolva o relacionamento com os públicos estratégicos da empresa agrega valor". As ações do Itaú acumulavam valorização de cerca de 46,5% desde janeiro até meados de novembro.

"A rentabilidade das companhias que estão no DJSI é maior do que a das empresas tradicionais", afirma Luiz Augusto Barcelos de Almeida, superintendente de coordenação ambiental e de qualidade da Cemig. A companhia energética do Estado de Minas Gerais também está no DJSI há seis anos e suas ações subiram 36% desde janeiro.

Barcelos vê o DJSI como um valor intangível para a empresa e conta que, sempre que os executivos negociam financiamentos ou apresentam a Cemig aos acionistas, o selo do índice faz a diferença. "A visão que temos do índice não é de um prêmio, mas de *business*", diz.

Uma terceira empresa brasileira entrou para o DJSI este ano: a Aracruz.

PRÊMIO PARA ANALISTAS

Com a chegada do ISE, o mercado está arregaçando as mangas para ajudar as empresas a quantificar o valor de pertencer ao índice.

A corretora do Banco Real, por exemplo, lançou em novembro seu primeiro relatório de sustentabilidade, focando em quatro fabricantes de papel e celulose. O estudo, assinado pela analista Michela Aimar, conclui que questões socioambientais são importantes para o setor e têm impacto sobre as finanças das empresas.

O relatório foi feito paralelamente à análise dos fundamentos econômico-financeiros das empresas e distribuído para todos os clientes da corretora. A intenção é elaborar avaliações de sustentabilidade para todos os setores cobertos pelo método tradicional.

Lá fora, análises como a feita pelo Real são incentivadas pela Enhanced Analytic Initiative (EAI), um consórcio de investidores e administradores de fundos europeus que destina pelo menos 5% de suas comissões para premiar analistas que se dedicam a avaliar aspectos "extrafinanceiros" e intangíveis das empresas. Como resultado, os analistas começam a se dedicar ao tema.

O Goldman Sachs, um dos mais antigos bancos de investimento dos Estados Unidos, havia lançado em 2004 o Goldman Sachs Energy Environment and Social Index (GSEES), que avalia o setor global de energia de acordo com 30 critérios ambientais e sociais.



DEPOIS de papel e celulose, a corretora do Banco Real pretende produzir relatórios de sustentabilidade para todos os setores



A AVALIAÇÃO de risco da SR Rating leva em conta ética, governança corporativa, transparência, reponsabilidade social e sustentabilidade

Este ano, o banco publicou o relatório *Global Energy: Sustainable Investing in the Energy Sector*, que mostra que a performance das empresas líderes no índice GSEES superou em 12% a das demais companhias desde o seu lançamento.

A recém-formada equipe de pesquisa de ISR do banco UBS produziu o relatório *Why Try to Quantify the Unquantifiable?*, em que analisa o custo de internalizar elementos que antes as empresas externalizavam.

O relatório identifica temas que podem representar responsabilidades legais para companhias – mudanças climáticas, disposição de resíduos eletrônicos, direitos humanos e corrupção, entre outros – e tenta quantificar possíveis custos em nove setores.

No Brasil, a demanda por esses relatórios ainda é pequena, diz José Francisco Cataldo, gerente de pesquisa da corretora do Real. Mas tende a crescer.

RATING PARA A ÉTICA

De olho nesse filão, a empresa de classificação de risco SR Rating firmou parceria com a espanhola Management & Excellence para absorver metodologia e avaliar o que chama de "risco de ética" de companhias brasileiras. A avaliação leva em conta cinco dimensões: ética, governança corporativa, transparência, responsabilidade social e sustentabilidade.

A classificação de risco de ética já foi aplicada pela SR Rating em dez empresas brasileiras, conta o analista Gustavo Pimentel. "O risco de ética tem impacto no risco financeiro, principalmente a médio e longo prazo", diz ele.

A avaliação, em geral solicitada pelas empresas, é feita a partir de um questionário, de visitas às companhias e entrevistas com diretores e gerentes. O resultado, segundo Gustavo, é usado principalmente por investidores interessados no longo prazo.

Para eles e aqueles investidores preocupados com a alocação responsável de seus



> A visão que temos do índice não é de um prêmio, mas de um *business*



recursos, o mercado brasileiro oferece apenas dois fundos: o Fundo Ethical, do Banco Real, e o Excelência Social, do Itaú. Desde seu lançamento em 2001 até setembro de 2005, o Fundo Ethical acumulou valorização de 201%, ante 177% do Ibovespa, relata Pedro Villani, gestor dos R$ 103,1 milhões captados pelo fundo. Este ano, a performance até o fim de outubro ficou um pouco abaixo do Ibovespa: 14,6% contra 19,7%.

O Excelência Social, com R$ 60 milhões em carteira, registrou alta de 24,15% este ano até meados de outubro, contra 23,13% do IBX-50, índice usado como referência pelo Itaú. "Esse segmento da indústria de fundos está apenas começando no Brasil", diz Walter Mendes, superintendente de renda variável do Itaú. "Há um grande desconhecimento sobre o que é ISR."

Mendes diz que os gestores do Excelência Social vão analisar a metodologia e a composição do ISE para decidir se recomendam ao conselho do fundo sua adoção como referência. "Há uma chance razoável de que seja adotado", prevê, lembrando que o IBX-50 não é a referência mais adequada para um fundo ISR. No Banco Real, o Ethical vai adicionar o ISE à referência do Ibovespa. "Não adianta superar o ISE e a médio prazo não bater o Ibovespa", diz Villani. Ele antecipa que superar a performance do ISE será tarefa difícil.

A VIDA DOS FUNDOS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS VAI FICAR MAIS AGITADA COM A ENTRADA DE NOVOS PRODUTOS

OPORTUNIDADES DE MERCADO

A vida dos fundos ISR existentes vai ficar mais agitada com a competição de novos produtos. O Unibanco, por exemplo, estuda lançar, no início de 2006, um fundo usando o ISE como referência, informa Pedro Bastos, diretor de renda variável multimercados da Unibanco Asset Management.

O ISE, para Bastos, "não é o ovo de Colombo", mas parte de um movimento gradual de reconhecimento, por parte dos investidores, dos benefícios que as empresas recebem e retornam à sociedade.

Na seara dos administradores independentes de recursos também há quem veja no ISE uma oportunidade. A Frontier Investimentos, de Porto Alegre, prepara o lançamento de um clube de investimentos, com gestão ativa, baseado na composição do ISE. Alexandre Torrano, gestor da Frontier, acredita que haverá demanda por parte de pessoas físicas pelo novo produto, que deve ser lançado ainda em 2005.

Villani garante que a concorrência é benéfica, pois ajuda a disseminar o conceito de ISR no mercado, e lembra que o potencial de captação desse segmento equivale a todo o mercado de renda variável.

Elemento-chave nesse cenário, os investidores institucionais podem começar a migrar para os fundos socialmente responsáveis a partir da existência de uma referência para o mercado. "O ISE vai funcionar como um instrumento

NOS EUA, há aproximadamente 200 fundos que usam pelo menos um critério social



PARA UMA ALA do restrito mercado de capitais brasileiro, às empresas basta gerar lucro



de avaliação para as fundações", diz Antônio Vasconcelos da Cruz, diretor-responsável pela comissão de investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp).

Segundo ele, a Abrapp não dispõe de estatísticas sobre a alocação de recursos de suas afiliadas – total de R$ 280 bilhões – em ISR.

"Os institucionais são muito conservadores, se apegam ao *benchmark* tradicional", diz Luiz Ribeiro, analista do HSBC. "Ainda há desconhecimento, mas, quando eles entrarem, o ISR vira brincadeira de gente grande." O primeiro semestre de 2006 será um divisor de águas no tocante ao interesse dos investidores institucionais pelo ISR, acredita Pedro Bastos, do Unibanco.

A aposta de Gustavo Pimentel, da SR Rating, é que a chegada do ISE ao mercado vai contribuir para tornar os conceitos de responsabilidade social e sustentabilidade parte do *mainstream* financeiro.

Nos Estados Unidos, o segmento de ISR cresce mais rápido do que o restante da indústria e, pouco a pouco, incorpora-se ao *mainstream*. O Social Investment Forum estima que o ISR responda por cerca de 13% do total de US$ 16,3 trilhões administrados por profissionais financeiros. Há aproximadamente 200 fundos que usam pelo menos um critério social. E cada vez mais a indústria cria produtos – de consultorias a ratings – para alimentar os investidores.

ALVO DE CRÍTICAS

Mas, mesmo no maior mercado do mundo, nem tudo são flores. Não são todos os fundos que batem o mercado em performance e os críticos se apressam em apontar que índices como o DJSI ou o seu equivalente britânico, o FTSE4Good, refletem políticas socioambientais, mas dizem pouco sobre os impactos das ações das companhias.

E alegam que, embora algumas empresas, como a G&E e a BP, se beneficiem da imagem de socialmente responsáveis, aquelas que mantêm o *business as usual*, como a Exxon Mobil, continuam bem-sucedidas.

Tal raciocínio faz regozijar os simpatizantes do economista Milton Friedman, defensor de que a melhor contribuição das empresas para sociedade é a maximização dos lucros.

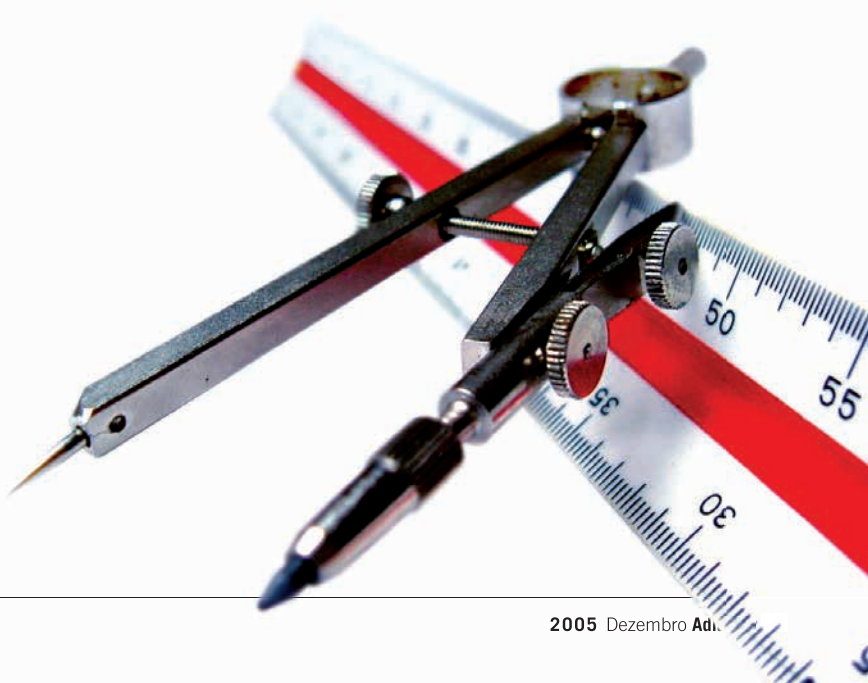
No restrito mercado de ações brasileiro – caracterizado pela concentração e baixa liquidez –, tal argumento encontra ressonância. A visão de sustentabilidade do presidente da Associação Brasileira das Companhias de Capital Aberto (Abrasca), Alfried Plöger, por exemplo, é de que as empresas devem gerar lucros. "Se não fizerem isso, não conseguem fazer mais nada", afirma.

Para Marco Antônio Fujihara, da PricewaterhouseCoopers, apesar das fraquezas do mercado brasileiro, a criação do ISE é um bom começo. Ele compara os esforços de setores do mercado para impulsionar a responsabilidade empresarial a uma carroça carregada de melancias.

"Algumas melancias vão cair no caminho, mas o importante é que a carroça continue seguindo em frente", diz ele. "As empresas precisam perceber o valor que isso tem." Com a palavra, a Wal-Mart.

Flavia Pardini

> Algumas melancias vão cair no caminho, mas o importante é que a carroça siga em frente



artigo



CORLI LE ROUX
é consultora para assuntos legais da Bolsa de Valores de Johannesburgo
corlilr@jse.co.za

A experiência que vem do Sul

ÍNDICE PARA INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL DE JOHANNESBURGO É O PIONEIRO EM MERCADOS EMERGENTES

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem importância particular em um país como a África do Sul, onde intervenções sociais e econômicas têm sido e continuam necessárias para concretizar o potencial inerente ao país, a seus recursos e a seu povo. Já temos muito do que nos orgulhar quando se fala em responsabilidade social, como um código de governança corporativa moderno e de classe mundial – o King Code – e uma Carta de Direitos, parte da Constituição, que torna ilegais a escravidão, o trabalho infantil, o tratamento cruel e pouco humano e lança as bases para uma cultura de justiça, diversidade e igualdade. Entretanto, o país tem desafios talvez mais agudos do que outras partes, como a disseminação da Aids e a necessidade de capacitar economicamente as comunidades anteriormente desprivilegiadas.

A ÁFRICA TEM DESAFIOS MAIS AGUDOS QUE OUTRAS PARTES DO MUNDO, COMO A DISSEMINAÇÃO DA AIDS

Além disso, a globalização significa que a África do Sul tem de lutar para obter cada centavo de investimento novo. À medida que as empresas começam a alcançar aspirações globais, são pressionadas a adotar padrões mundiais para atrair investimentos. Parte desses padrões é o foco crescente no comportamento socialmente responsável e sustentável.

Em um ambiente como esse, não surpreende que as empresas cada vez mais percebam a dificuldade em justificar apenas a lucratividade, sem reconhecer a RSC. Uma abordagem empresarial socialmente responsável atrai os investidores porque resulta em valor de longo prazo ao acionista, justamente ao abranger oportunidades e gerir riscos que não necessariamente são considerados na análise financeira de curto prazo.

Já se reconhece um prêmio pela boa governança corporativa em mercados emergentes, mas, para atender à necessidade das empresas de compreender o que se espera delas, a Johannesburg Stock Exchange (JSE) – com apoio financeiro do governo britânico – lançou o índice ISR, em 2004, como um meio de identificar empresas que integram o *triple bottom line* a suas atividades e de facilitar o investimento nessas companhias. A JSE está bem posicionada pelo exemplo quanto à governança corporativa e pretende alavancar sua posição internacional ao ajudar a focar o debate, a tornar o ISR viável na África do Sul, e a reconhecer o tremendo avanço já obtido pelas empresas.

O índice para investimento socialmente responsável (ISR) de Johannesburgo não é o pioneiro – já existem o FTSE4Good e o Dow Jones Sustainability Indexes, mas é o primeiro do gênero desenvolvido por uma bolsa de valores e em um mercado emergente.

As empresas integrantes do FTSE/JSE All Share Index – as 160 maiores, de acordo com a capitalização de mercado, listadas na bolsa – são convidadas anualmente a submeter,

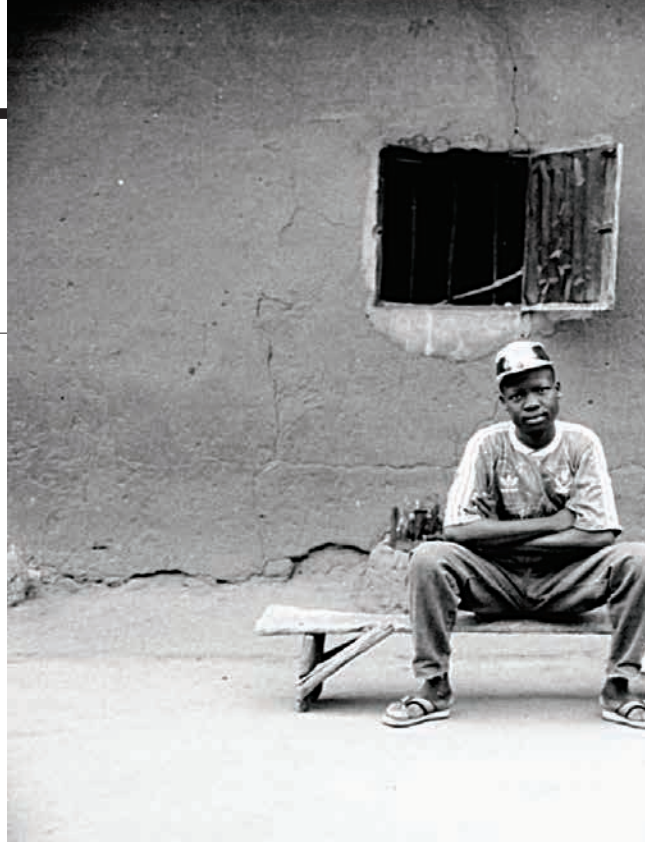




“À medida que as empresas alcançam aspirações globais, são pressionadas a adotar padrões mundiais para atrair investimentos”



HÁ DOIS fundos que usam os componentes do ISR como base para a construção de portfólio



voluntariamente, informações para avaliação de acordo com os critérios do índice ISR, que refletem princípios relativos ao meio ambiente, à sociedade e à economia amplamente aceitos e desenhados para medir a integração desses elementos às atividades empresariais.

O princípio da sustentabilidade ambiental reconhece que a África tem uma base de recursos rica e essencial, que precisa ser usada com discernimento para garantir o desenvolvimento sustentável do continente e seu povo.

A avaliação da sustentabilidade ambiental engloba, entre outras coisas, a identificação e gestão de risco ambiental, a proteção e reabilitação do meio ambiente, a auditoria e divulgação da performance e as cadeias de produção e suprimento.

A sustentabilidade social tem como premissa o fato de que uma companhia é um componente-chave da sociedade moderna e freqüentemente representa uma presença mais imediata para os cidadãos do que o governo ou a sociedade civil.

Hoje, as empresas precisam desenvolver e manter relações positivas com uma ampla variedade de *stakeholders* – sua equipe, o governo, a comunidade em geral – e devem demonstrar estratégias para promover a melhoria social, o desenvolvimento e a redução da pobreza, ao mesmo tempo que se abrem para a diversidade, a igualdade e as práticas justas de emprego, saúde e segurança.

> A exclusão de empresas dos índices impede que elas incorporem os princípios da sustentabilidade

O ÍNDICE AVALIA O IMPACTO DAS COMPANHIAS COMO ALTO, MÉDIO OU BAIXO, COM BASE NA CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES DA BOLSA

A sustentabilidade econômica muitas vezes é vista como sinônimo de performance financeira. Embora este seja certamente um aspecto importante, ele não necessariamente reflete crescimento a longo prazo. As empresas precisam se posicionar para o crescimento no longo prazo, com habilidade para se adaptar a tendências macroeconômicas em sua esfera de influência.

Os princípios do *triple bottom line* também são os conceitos fundamentais na raiz da governança corporativa, que é medida separadamente pelo Índice ISR para avaliar como as empresas incorporam as boas práticas em todas as suas atividades, seja nos princípios, seja no dia-a-dia.

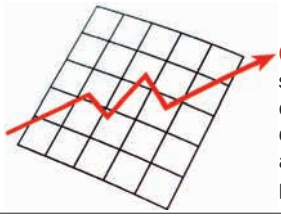
Internacionalmente os fundos de investimento socialmente responsável excluem de suas carteiras empresas que operam em áreas controversas, assumindo que elas adotam atividades socialmente irresponsáveis pela sua própria natureza.

A conseqüência inevitável é que as empresas excluídas estão livres de escrutínio e continuam a não incorporar os princípios do *triple bottom line*. A JSE acredita ser importante encorajar toda a economia a abraçar os princípios da sustentabilidade e, portanto, o Índice ISR não tem qualquer exclusão ou pesos negativos para indústrias específicas.

Distinções são feitas, entretanto, em relação aos impactos ambientais – embora todas as empresas tenham algum impacto ambiental, seu alcance varia. Por isso, o índice avalia o impacto das empresas como alto, médio ou baixo, com base na classificação dos setores da bolsa.

A JSE evitou estabelecer os critérios mais definitivos ou idealistas possíveis. Em vez disso, preferiu adotar um ponto de partida para desen-





OS FUNDOS de investimento socialmente responsável excluem empresas que operam em áreas controversas, assumindo que adotam atividades irresponsáveis pela própria natureza

A BOLSA EVITOU ESTABELECER CRITÉRIOS MUITO IDEALISTAS OU DEFINITIVOS E PREFERIU CRIAR UM PONTO DE PARTIDA

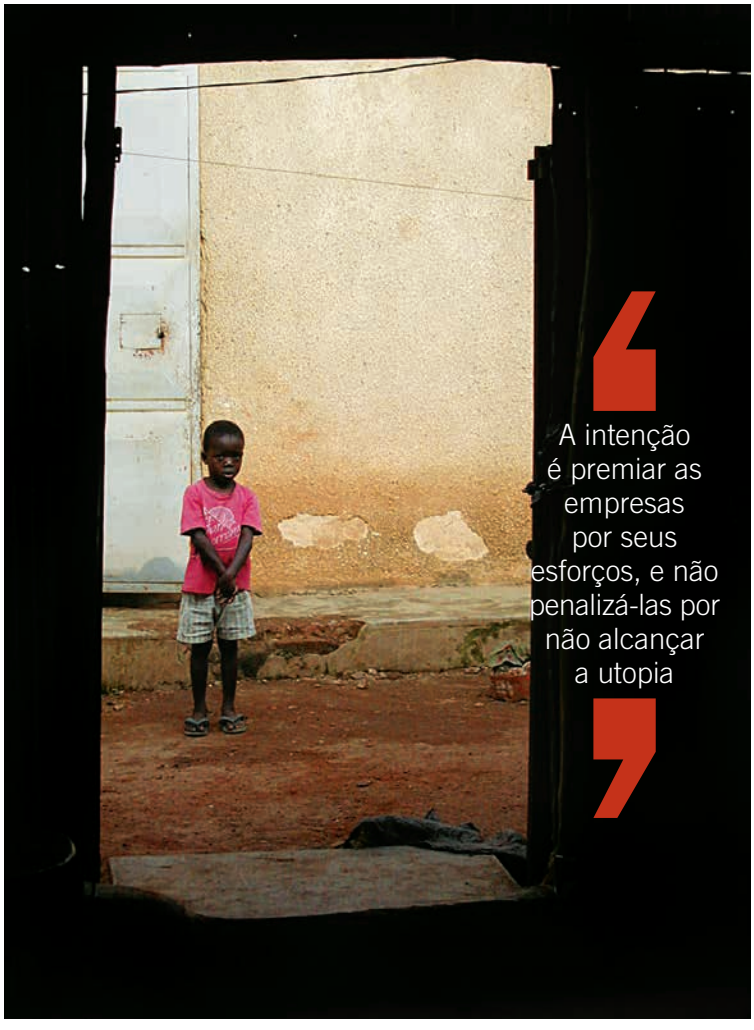
volvê-los, reconhecendo a natureza nascente desse aspecto da prática empresarial.

A intenção é incentivar as companhias a centrar-se nesses temas e dar-lhes crédito por seus esforços, em vez de penalizá-las por não alcançar a utopia. Os critérios evoluirão ao longo do tempo e, de fato, já na primeira revisão anual (2004/2005) começam a focar em estratégias de implementação e monitoramento de performance.

A JSE está contente com a importância que as empresas estão imprimindo ao índice como uma referência. Algumas delas, especialmente nos mercados de baixa ou média capitalização, estão divulgando, pela primeira vez, temas ligados ao *triple bottom line* relacionados a suas políticas e processos de gestão. As empresas valorizam em particular o *feedback* oferecido pelo processo de avaliação.

Há dois fundos de investimento que usam os componentes do índice como universo base para construção de seus portfólios.

O Índice ISR oferece uma ferramenta única para que o investidor avalie o valor da performance empresarial de um ponto de vista mais amplo, influenciando, portanto, o comportamento tanto de investidores quanto das empresas para que respondam à prioridade da sustentabilidade e da responsabilidade social.



Por Monica Araya

A política da boa transparência

NUNCA HOUVE UM FLUXO TÃO GRANDE DE INFORMAÇÕES DO CAMPO CONFIDENCIAL PARA O DOMÍNIO PÚBLICO. NA DIVULGAÇÃO DE DADOS AMBIENTAIS E SOCIAIS, AS EMPRESAS BRASILEIRAS ESTÃO NA DIANTEIRA

O acesso à informação é essencial para a boa formulação de políticas, o bom funcionamento dos mercados e a responsabilização de governos e empresas. Especialmente na última década, a crescente pressão por transparência pública e corporativa detonou uma transferência de informação, sem precedentes, da esfera confidencial para o domínio público.

Em poucos lugares essa transferência é mais evidente do que no campo da sustentabilidade empresarial. A exposição crescente de práticas empresariais questionáveis – e a sofisticação e o alcance global de muitos ativistas – aumentou o custo da confidencialidade.

O resultado é que muitas empresas estão divulgando informações ambientais e sociais de maneiras inimagináveis e para uma audiência impensável há apenas uma década.

Diante disso, a América Latina está aprendendo com o debate crescente sobre a transparência empresarial? Quais as companhias da região estão engajadas no aprendizado e por quê? Este ensaio traz o resumo dos resultados de uma pesquisa sobre as práticas de divulgação de temas ligados à sustentabilidade nas 250 maiores empresas da América Latina (de acordo com as vendas anuais em 2004), e o que determina a decisão de publicar ou não um relatório.

Claramente, transparência e publicação de relatórios não são sinônimos. Mas olhar para o histórico da região pode dar uma idéia empírica de quanto as companhias latino-americanas estão sendo influenciadas pelas boas práticas de transparência vindas de fora.



MONICA ARAYA é pesquisadora do Centro de Direito e Política Ambiental da Universidade Yale

OS RESULTADOS DA PESQUISA

O estudo revelou cinco fatores-chave:

1. Embora o número de companhias que não publicam relatórios de sustentabilidade seja maior do que aquelas que publicam, a prática ganha adeptos. Apenas 41 empresas da amostra publicam relatórios de sustentabilidade em separado. Há poucos anos, nenhuma fazia isso.

2. Encontrar informações ambientais e sociais no relatório anual (34,4% da amostra) é mais comum que a publicação de relatórios separados (16,4%).

3. As companhias mais sensíveis a questões ambientais têm as taxas mais altas de divulgação: papel, celulose e produtos florestais (86%), mineração, aço e metais (70%) e petróleo e gás (61%).

4. As taxas de divulgação variam de acordo com o país: o Brasil tem o maior número de empresas que divulgam informações sobre sustentabilidade no relatório anual (43%) em comparação com o México (33%), a Europa (26%), o Chile (22%) e o resto da América Latina (16%). Quanto aos relatórios separados, as taxas para o Brasil, México e Europa estão na mesma faixa (22%, 25% e 21%, respectivamente). A taxa de divulgação no resto da América Latina é muito menor: apenas 4% das empresas publicam relatórios somente sobre sustentabilidade.

5. As subsidiárias de empresas



TOM BRAZ



A BASF DO BRASIL publica relatório integrando informações financeiras e de sustentabilidade sobre todas as operações da empresa na América do Sul



OS BALANÇOS brasileiros ainda pecam pela autocongratulação e por deixar de lado informações negativas

As empresas exportadoras têm 4,7 vezes mais probabilidade de informar sobre temas ambientais e sociais

americanas estão claramente atrás: a maior parte delas (73%) não publica informações sobre a sustentabilidade de suas operações na América Latina em seus relatórios anuais ou em documentos separados.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Quais os fatores que determinam a probabilidade da divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade? Várias hipóteses foram testadas usando ferramentas estatísticas. A análise de regressão confirmou que o setor a que pertencem é um indicador estatisticamente significativo da probabilidade de divulgação. Também confirmou que o país de origem faz diferença: empresas do Brasil têm maior probabilidade de divulgar informações que empresas de qualquer outra origem, incluindo a Europa e os Estados Unidos.

Finalmente, a atuação no mercado externo é um indicador estatisticamente significativo: companhias exportadoras têm 4,7 vezes mais probabilidade de divulgar informações sobre sustentabilidade do que empresas que vendem seus produtos exclusivamente nos mercados local e regional.

A GRANDE PARTE DAS FILIAIS DE EMPRESAS AMERICANAS NA AMÉRICA LATINA NÃO PUBLICA DADOS SOBRE SUSTENTABILIDADE

COMENTÁRIOS

Alguns dos resultados são consistentes com pesquisas anteriores; em particular o fato de que as empresas que operam em setores mais poluentes têm maior probabilidade de divulgar informações do que aquelas que operam em setores mais limpos.

Empresas "problemáticas" enfrentam maior fiscalização das autoridades reguladoras e do público, e por isso também encontram mais incentivos a publicar relatórios que possam contrabalançar ataques de ativistas e uma imagem negativa na mídia. Além disso, os relatórios podem ajudá-las a mostrar boa governança corporativa a potenciais investidores internacionais.

Outros resultados desafiam o senso comum. Por exemplo, a pesquisa revelou (e a análise estatística confirmou) que as subsidiárias de empresas americanas têm um histórico muito pobre de divulgação na América Latina. E, embora o histórico de subsidiárias de empresas européias seja melhor, elas ainda divulgam menos do que as empresas brasileiras e mexicanas, em ambos os formatos de relatório.

Ironicamente, as controladoras de subsidiárias americanas ou européias freqüentemente têm papel ativo no debate global sobre a necessidade de divulgação de informações sobre sustentabilidade.

Em nenhum lugar essa lacuna entre controladoras e subsidiárias é mais evidente que no setor automotivo. Na amostra desse estudo, apesar das grandes fábricas montadoras no Brasil e no México, apenas duas empresas – Volkswagen do México e DaimlerChrysler do Brasil – produzem relatórios específicos nos países onde operam.

Então, por que as subsidiárias de empresas estrangeiras divulgam tão pouco esses resultados na América Latina? Há um meio-termo entre as práticas globais de divulgação e aquelas específicas dos países? A Basf do Brasil apresenta uma potencial alternativa: seu relatório integra informações financeiras e de sustentabilidade sobre todas as operações da empresa na América do Sul.


TOM BRAZ

Este estudo também analisou o desenvolvimento de práticas de divulgação na região – as obrigatórias e as voluntárias. A maior parte desse desenvolvimento ocorreu nas maiores economias: Brasil, México e Chile (em que 85% das maiores companhias estão localizadas). Mas, sem dúvida, o Brasil é onde os precedentes mais promissores ocorreram na América Latina.

Não só as discussões sobre a divulgação de relatórios sociais data da década de 70, mas também as organizações brasileiras produziram diretrizes formais (em particular, o modelo do Ibase e os Indicadores Ethos). O Brasil é o único país da região que produziu um prêmio para os melhores relatórios, um fórum, uma revista especializada e vários livros acadêmicos sobre o tema.

Esses avanços podem explicar por que as três únicas empresas latino-americanas que integraram o ranking das 100 melhores do mundo na divulgação da sustentabilidade são brasileiras: Natura, Aracruz e Banco Real (de acordo com a SustainAbility, a Unep e a Standard & Poor's). Finalmente, a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (um precedente em si só) provavelmente vai criar incentivos para que as empresas brasileiras de capital aberto divulguem mais e melhores informações sobre o meio ambiente, a questão social e a governança corporativa.

APRENDIZADO SUL-SUL

A qualidade dos relatórios no Brasil tem de melhorar. Eles precisam acrescentar quantificações e indicadores. Para aumentar a credibilidade dos relatórios, as empresas também precisarão falar sobre o que ocorreu de errado e por quê. O foco do relatório deveria ser a transparência sobre impactos e ações – e não a autocongratulação sobre a filantropia corporativa.

A QUALIDADE LIMITADA DE MUITOS RELATÓRIOS BRASILEIROS NÃO DEVE OFUSCAR OS AVANÇOS DO PAÍS NA RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Mas a qualidade limitada de muitos dos relatórios (ou os desafios em relação à transparência que o país enfrenta) não deveria ofuscar tudo o que o Brasil avançou no campo da divulgação da sustentabilidade corporativa e, talvez mais importante, o que pode ensinar à América Latina.

Normalmente observa-se a transferência de idéias e práticas do Norte para o Sul, mas não se deveria encorajar também o aprendizado Sul-Sul? Este estudo fornece evidências de que, para iniciar esse diálogo na região, os países precisam olhar primeiramente para a experiência brasileira.

retrato





UM QUINTAL LÍQUIDO

FOTO: LALO DE ALMEIDA

Na Vila da Barca, favela sobre palafitas à beira do Rio Guamá, em Belém do Pará, a maré é o quintal das casas. A água faz parte do cotidiano das mais de 500 famílias residentes, não porque sai limpa de torneiras, mas sim por ser o destino final do esgoto e de todo tipo de dejeto. Um dos lugares mais pobres de Belém, a vila contribui para a estatística que coloca o Pará no último lugar na questão de tratamento da água

curtas

Um balé **incerto**

A COMUNIDADE INTERNACIONAL PRECISA NOVAMENTE DECIDIR COMO VAI LIDAR COM AS ALTERAÇÕES DO CLIMA

Incerteza é o que não falta quando se fala em mudanças climáticas. Não se trata da minoria que insiste em que a ciência não tem provas suficientes de que o aquecimento global deriva da ação do homem. Mas sim do fato de que nem bem o Protocolo de Kyoto passou a valer e a comunidade internacional precisa voltar à mesa de negociação para decidir como o mundo vai lidar com as alterações do clima.

O protocolo foi assinado em 1997 e poucos imaginavam que levaria oito longos anos para que entrasse em vigor. Fato é que o arcabouço previsto no protocolo vale até 2012. Além dessa data, "o livro está em branco", diz Marcelo Rocha, pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e consultor da Fábrica Éthica.

> O arcabouço previsto por Kyoto vale até 2012. Além dessa data, o livro está em branco

Isso deve começar a mudar a partir da 11ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP, na sigla em inglês –, prevista para 28 de novembro a 9 dezembro em Montreal, no Canadá. O fim do outono canadense deve ajudar a manter o clima ameno durante a reunião, cujo objetivo é o de encontrar o consenso entre as nações signatárias da Convenção – inclusive os Estados Unidos –, mas somente para iniciar um novo mandato para negociar o regime pós 2012.

SOBRAM PROPOSTAS E FALTA CONSENSO. O ENCONTRO EM MONTREAL É SÓ O COMEÇO DA CONVERSA



Repete-se o ocorrido em 1995, quando a primeira COP aprovou o Mandato de Berlim, que por sua vez determinou a redação do protocolo, assinado na terceira COP, em Kyoto.

Para Gylvan Meira Filho, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados, da USP, o processo de negociação a ser detonado em Montreal deve durar cerca de um ano. Neste período é que os debates devem se acirrar. "É preciso um consenso sobre o nível das emissões de gases causadores do efeito estufa no futuro, prazos e valores", afirma Gylvan. "A decisão é política."

O Protocolo de Kyoto estabelece que os países desenvolvidos devem cortar, até 2012, suas emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação a 1990. Países em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia, não possuem metas de redução.

Essa é a razão apontada pelos Estados Unidos para não ratificarem o Protocolo de Kyoto. Além disso, os americanos argumentam que o custo econômico de reduzir as emissões é alto e o melhor caminho é buscar mecanismos voluntários e tecnologias alternativas.

Na ponta oposta estão os que defendem novas metas a partir de 2012 e várias propostas técnicas abordam o "xis" da questão: a repartição das reduções entre os países. Uma delas, a de contração e convergência, desenvolvida pelo britânico Aubrey Meyer, propõe a definição de um limite para as emissões e de um cronograma para alocar direitos iguais de emissão para cada pessoa no planeta.

A chamada "proposta brasileira" baseia-se no princípio da responsabilidade histórica e define metas de redução de acordo com o efeito

relativo das emissões históricas de cada país no aumento global da temperatura.

Há outros proponentes que defendem a reformulação total do sistema, abandonando o instrumento de *cap-and-trade* – definição de um limite para as emissões, com permissão para que os países negociem créditos de carbono entre si – pela definição de até onde se aceita pagar pela redução das emissões. O argumento é que o sistema de *cap-and-trade* controla as emissões e não os custos, fator limitante para que os países adotem políticas.

REDUZIR EMISSÕES É MAIS BARATO PARA OS EUROPEUS. NO BRASIL, SIGNIFICA DESMATAR MENOS

QUANTO CUSTA?

Embora estejam no centro das discussões, os custos de reduzir as emissões são de difícil estimativa. Na União Européia, que criou seu próprio mercado de carbono para atingir a meta do Protocolo de Kyoto, o custo pode ser medido pela multa para quem não cumprir as metas internas, diz Marcelo Rocha.

Segundo ele, a multa é de 40 euros por tonelada e subirá para 100 euros no período de 2008 a 2012. Nos Estados Unidos, o custo médio para deixar de emitir uma tonelada de carbono fica em torno de US$ 100, estima.

O economista Ronaldo Serôa da Motta, do Ipea, diz que o custo macroeconômico de reduzir as emissões é menor na Europa do que nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão. "Não é à toa que os europeus se posicionaram diferentemente", diz.

Em 2000, 75% das emissões brasileiras provinham do desmatamento, o que indica que o custo de reduzi-las está intimamente ligado ao de manter a floresta em pé, como mostra artigo de Paulo Moutinho à página 44.

Moutinho e outros pesquisadores defendem que países que abrigam florestas tropicais, como Brasil e Indonésia, sejam compensados financeiramente por evitar o desmatamento. Tal proposta, como as demais, ainda não foram encampadas pelos países com vistas às negociações. No arcabouço de Kyoto, projetos de reflorestamento podem receber investimentos por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), mas não há instrumento que beneficie a manutenção em pé das florestas.

O futuro dos projetos de MDL e do mercado de carbono está entre as incertezas que rondam o tema das mudanças climáticas. O Banco Mundial, gestor de recursos dos compradores de créditos de carbono, diz que a "janela de oportunidade" para os MDL com prazo de mais de cinco anos se fecha ao final de 2006, pois não se sabe o regime que estará em vigor a partir de 2012.

Para Marcelo Rocha, apesar das incertezas, o Brasil tem oportunidades tanto na questão das florestas como na do MDL. "Interessa ao Brasil solucionar esse problema", diz ele, referindo-se ao desmatamento. "Por que não discutir isso internamente antes de internacionalmente?" Quanto aos projetos de MDL, segundo ele, o país pode olhar a situação de maneira estratégica e aproveitar o melhor momento para vender seus créditos de carbono.

Por enquanto, o balé diplomático está apenas começando.

Flavia Pardini



análise



PAULO MOUTINHO
é Coordenador de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
moutinho@ipam.org.br

Quanto vale a Amazônia?

A REDUÇÃO COMPENSADA DO DESMATAMENTO É UMA FORMA DE ESTABELECER UM VALOR POSITIVO PARA A FLORESTA EM PÉ

Há muito se alardeiam valores inestimáveis da maior floresta tropical do mundo. Fala-se no valor de sua diversidade biológica para a futura cura de doenças graves, nos bilhões creditados à madeira e ao potencial de geração de renda do manejo sustentável dos recursos florestais, especialmente quando feito por pequenas comunidades de amazônidas. Apesar desse valor presumido, o desmatamento segue em ritmo alarmante – em média 2 milhões de hectares de florestas por ano –, seguindo a tendência dos últimos 20 anos. E isto por um simples fato: a floresta, excetuando-se a madeira que abriga, não tem valor monetário algum quando em pé.

É fato que já há mercados para os produtos da floresta amazônica, os quais são extremamente importantes. No entanto, pelo que se vê, parece ainda muito pouco para impulsionar uma atividade econômica capaz de reverter a tendência do desmatamento atual. Floresta boa, portanto, continua sendo a floresta derrubada.

O DESAFIO É IR ALÉM DO MERCADO DE PRODUTOS FLORESTAIS E DAR UM PREÇO PARA O ESTOQUE DE CARBONO

Até agora, 60 milhões de hectares de mata, uma área duas vezes a do Estado de São Paulo, foram derrubados para a implementação de pastagens extensivas de baixa produtividade. Um terço da área coberta por essas pastagens – cerca de 20 milhões de hectares – encontra-se abandonado mas, ainda hoje, 60% a 70% do desmatamento resulta da conversão de florestas em pastos de uso extensivo. Isso tudo sem gerar distribuição de renda: cerca de 43% da população da Amazônia possui renda per capita abaixo da linha de pobreza e 10% da riqueza regional está concentrada em 1% da população.

Pelo que tudo indica, no mundo globalizado, a floresta continuará perdendo espaço para outros usos da terra, em especial a agropecuária. A escassez atual de terras para a expansão da agroindústria nos países do Hemisfério Norte aumenta a pressão pelas terras abundantes do Sul e, obviamente, aquelas com florestas tropicais. Além disso, outros fatores potencializam a demanda por novas terras para cultivo. O desenvolvimento de tecnologias de cultivo de grãos e criação bovina mais apropriada aos trópicos e a ocorrência de doenças como a da vaca louca na Europa geram condições favoráveis para que a carne produzida de modo extensivo, como nos pastos amazônicos, ganhe preferência.

A soja, usada na fabricação de ração animal para abastecer o mercado chinês, adiciona pressão por novas áreas de cultivo. O aumento da demanda por soja também é resultado da proibição recente do uso de cadáveres bovinos na fabricação de ração animal em função do surto da vaca louca (para mais detalhes, http://www.ipam.org.br/noticias/Amazonia_no_caminho.pdf).

De modo complementar, a redução dos subsídios agrícolas nos Estados Unidos e na Europa aumenta a busca por novas áreas de cultivo. Por fim, a variação cambial tem um papel importante nesse contexto de um mercado internacional associado à demanda por novas áreas de cultivo. Sob um real desvalorizado, o desmatamento deverá aumentar – como ocorreu nos últimos quatro anos. Com um real mais forte, ou com preços internacionais de soja e carne mais baixos, o desmatamento deverá sofrer retração, como em 2005.

Essa dinâmica econômica global relacionada à agroindústria indica que floresta só fica



LALO DE ALMEIDA

em pé quando o custo de derrubada – manter floresta em pé, sob esse aspecto, é caro – torna-se maior do que o ganho potencial com a conversão para outro uso. Sem quebrar essa relação, conservar grandes áreas com florestas tropicais será muito difícil.

Apesar do sucesso recente no combate a fatores que geram desmatamento, os esforços de comando-e-controle só terão efeito se for encontrado um mecanismo capaz de valorar a floresta em pé, de modo a ir além dos valores monetários conferidos aos seus recursos florestais e não florestais. Esse certamente é o desafio maior para o estabelecimento de uma economia sustentável e ambientalmente saudável na Amazônia.

SERVIÇOS AMBIENTAIS

O mecanismo econômico mais poderoso para financiar políticas que visem a conservação de grandes extensões de florestas tropicais talvez esteja calcado em "commodities" não visíveis, mas reais, tais como os serviços ambientais prestados pela floresta em pé.

Mas qual o valor econômico de tais serviços? Qual o preço a ser pago pelo serviço que a Floresta Amazônica presta ao manter o clima úmido e chuvoso da região? Qual o valor do grande estoque de carbono mantido nas árvores, que, se cortadas e queimadas, produzirão grandes quantidades de gases de efeito estufa, agravando o aquecimento do planeta? É difícil encontrar respostas, mas essas questões certamente precisam ser urgentemente abordadas, caso queiramos achar um meio de valoração em larga escala de florestas tropicais.

Um desses mecanismos, batizado de "Redução Compensada do Desmatamento", foi proposto recentemente por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e instituições colaboradoras. Sugere que os países em desenvolvimento que se dispusessem, e conseguissem, a promover reduções das suas emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento e da queima da floresta receberiam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas. A compensação ocorreria, portanto, através do mercado global de carbono. Assim, a proposta incorpora os países em desenvolvimento ao processo internacional de redução das emissões de gases poluentes, como determina a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que abriga o Protocolo de Kyoto. Cria ainda condições para compensar tanto os particulares quanto os governos pela preservação, viabilizando pela primeira vez o estabelecimento de um valor positivo para a floresta em pé.

Os países em que a destruição das florestas é grande emissora de carbono e que estiverem interessados em acessar recursos de compensação definiriam sua própria estratégia para a redução do desmatamento. Assim, estariam aptos para tratar especificamente da questão do desmatamento a partir de estratégias nacionais, com foco em providências efetivas de governo que sustentem a redução consistente do índice de desmatamento, expurgando-se do processo fatores aleatórios ou sazonais, como as emissões decorrentes de queimadas ou incêndios florestais.

Os recursos recebidos poderiam ser investidos soberanamente em projetos de desenvolvimento sustentável que não impliquem aumento futuro nas emissões de gases de efeito estufa. Seria, portanto, um mecanismo adicional e poderoso na busca de alternativas econômicas que sustentem, em pé, a Floresta Amazônica e outras florestas tropicais do planeta.

> A proposta incorpora os países em desenvolvimento ao processo internacional de redução na emissão de gases de efeito estufa

O setor privado faz toda a diferença

A NOVIDADE E UM DOS MAIORES DESAFIOS DA COP 8 SERÁ BUSCAR O ENGAJAMENTO DESSE PERSONAGEM-CHAVE. ENQUANTO ISSO, O BRASIL EXPERIMENTA GRANDE CONTROVÉRSIA EM RELAÇÃO À COMPENSAÇÃO AMBIENTAL POR DANOS CAUSADOS PELOS EMPREENDEDORES

O país que apresenta a maior variedade de formas de vida e de ecossistemas na Terra prepara-se para uma agenda de peso. Terá sobre si os olhares de todo o mundo, ao sediar, em março, em Curitiba, o encontro das delegações oficiais de 187 países e um bloco regional, signatários da Convenção de Diversidade Biológica (CBD, na sigla em inglês), com participação prevista de 12 mil a 15 mil pessoas.

Esta, que será a oitava edição da Conferência das Partes (COP) da convenção, vai expor a gravidade da perda de biodiversidade no planeta em escalas locais, regionais e mundiais e mostrar que as metas de redução dos danos, estabelecidas em 2002, com horizonte até 2010, estão longe de se realizar.

A grande novidade, e um dos maiores desafios da conferência, será buscar a aproximação de um personagem decisivo para o cumprimento dessas metas e que até o momento tem participado timidamente das práticas para a preservação da biodiversidade: o setor privado.

Os preparativos para o evento esquentam uma polêmica que se arrasta no Brasil: a da compensação ambiental, segundo a qual as empresas responsáveis por obras de grande impacto na natureza, tais como hidrelétricas e rodovias, devem compensar as perdas causadas desembolsando recursos para a conservação da biodiversidade. A convenção também aponta para a necessidade de se sofisticar meios de valoração econômica da biodiversidade, de modo que ambientalistas e representantes do setor privado comecem a falar a mesma língua.

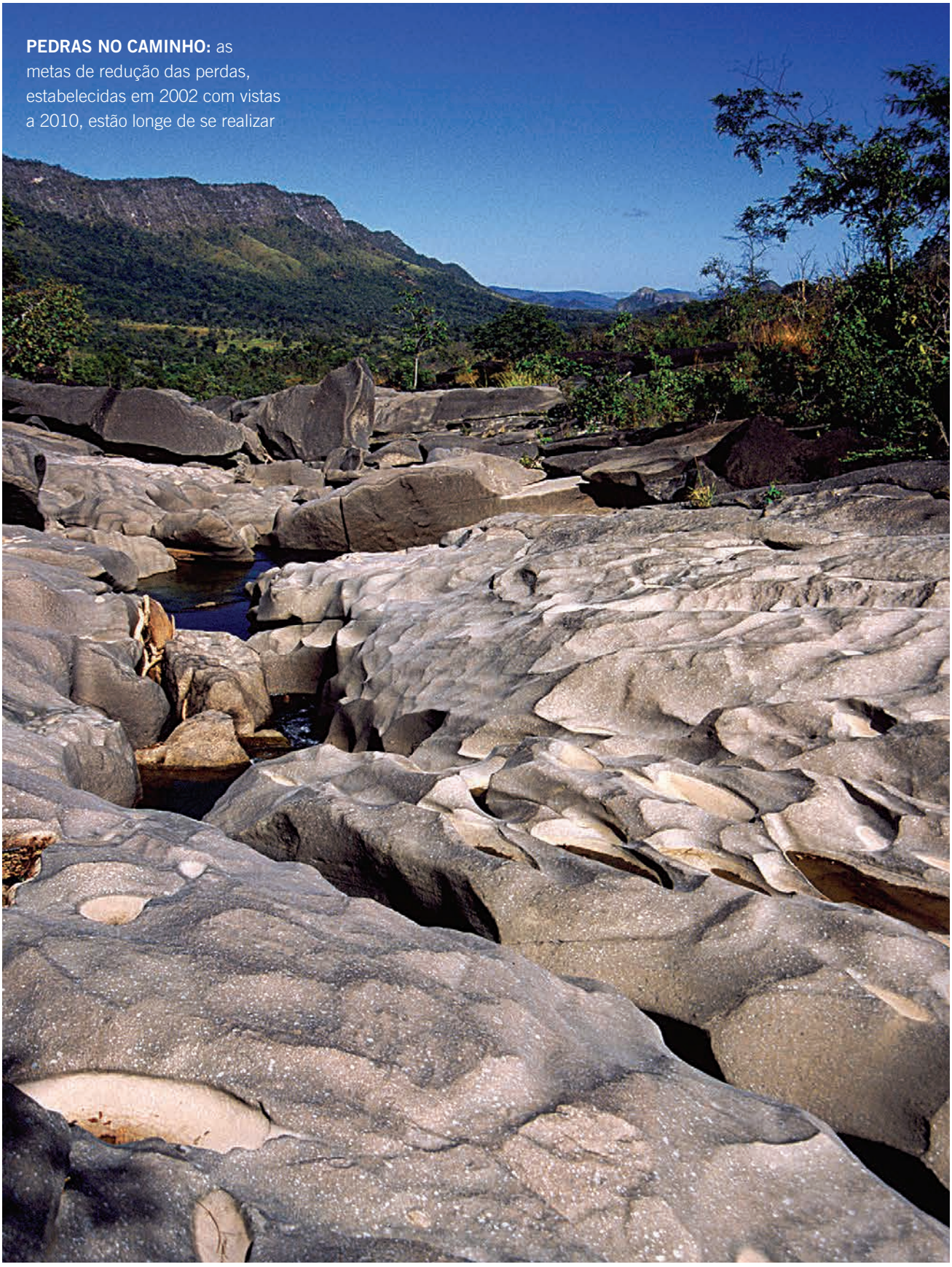
Criada na ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) e realizada a cada dois anos, a convenção persegue três objetivos básicos: conservar a biodiversidade biológica, promover o seu uso sustentável e dividir de forma justa e equânime os benefícios oriundos da utilização de recursos genéticos disponíveis na natureza. Mas, sem a participação efetiva das empresas e instituições financeiras privadas no arcabouço político e administrativo da área ambiental, dificilmente os objetivos poderão ser alcançados.

O setor privado está inserido em modelos econômicos que têm provocado a sobreexploração dos recursos naturais, a degradação de habitats, a poluição e o efeito estufa – perdas que, mais ou cedo ou mais tarde, resultam em prejuízos financeiros. Segundo Bráulio Ferreira Dias, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), terá grande impacto a divulgação, na COP, do 2º *Global Biodiversity Outlook Report*, que trará o mais completo balanço dos avanços e perdas da biodiversidade do planeta.

De acordo o *Relatório Ecossistêmico do Milênio*, divulgado em março de 2005 e produzido por mais de 2 mil cientistas a pedido de Kofi Annan, secretário-geral da Organização das Nações Unidas, as atividades humanas, sob as atuais práticas econômicas, já aceleraram em mais de mil vezes, nos últimos 100 anos, o ritmo natural de extinção de espécies na Terra.

A biodiversidade no planeta é estimada em mais de 10 milhões de espécies, domesticadas ou não, de animais, plantas e microrganismos. Compreende também a variabilidade genética dentro de cada espécie, calculada em até 100 mil genes em cada uma, além das diferentes combinações entre os seres vivos na formação dos ecossistemas.

Apesar da profusão de números, trata-se de um ativo



PEDRAS NO CAMINHO: as metas de redução das perdas, estabelecidas em 2002 com vistas a 2010, estão longe de se realizar

MARCOS AMEND



METADE do PIB brasileiro advém do uso direto da biodiversidade, por meio de atividades como agricultura, pesca e exploração florestal



ESTUDOS recentes estimam o valor agregado anual dos serviços da biodiversidade em todo o mundo na escala de trilhões de dólares

de complexa valoração econômica, dada sua natureza de múltiplos significados e implicações, tangíveis ou intangíveis, de ordem biológica, cultural, espiritual, estética e recreacional. Ainda assim, segundo o MMA, estudos recentes estimam o valor agregado anual dos serviços ambientais da biodiversidade em todo o mundo na escala de trilhões de dólares. (ver *Valoração Econômica da Biodiversidade* em www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/valbiod.pdf)

> Fazer política para o meio ambiente em um círculo fechado é golpe

De acordo com o ministério, metade do PIB brasileiro advém do uso direto da biodiversidade por meio da agricultura, pesca, aqüicultura, exploração florestal, silvicultura e turismo – sem falar nos usos indiretos.

O setor privado brasileiro, ao mesmo tempo que – pelo menos oficialmente – reconhece essa fonte de receitas e parece despertar para a importância da conservação da diversidade biológica, questiona a aplicação de um instrumento legal adotado pelo governo que trata das compensações ambientais.

A LEI DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DRIBLA O CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

Trata-se do artigo 36 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei do Snuc, nº 9.985, de 18 de julho de 2000), segundo o qual as empresas causadoras de impacto ambiental significativo devem repassar recursos para a criação ou a manutenção de unidades de conservação de proteção integral – como parques nacionais e estações ecológicas – e de uso sustentável – como florestas nacionais e reservas extrativistas. Os recursos devem corresponder a no mínimo 0,5% do valor total do empreendimento.

O mecanismo, desenhado de forma a evitar que o dinheiro seja contingenciado pelo governo, prevê a aplicação direta dos recursos desembolsados pelas empresas nas unidades de conservação. E possibilita a arrecadação de volumes maiores que os definidos pelo

Falta internalizar o tema

As reuniões preparatórias para a COP 8 realizadas no Brasil no segundo semestre tiveram como pauta a tentativa de conciliar metas ambientais e econômicas, e seguem a tônica de um dos objetivos do Plano Estratégico adotado na COP de 2002, segundo o qual o setor privado precisa ser engajado na conservação da biodiversidade.

Nessa linha, Peter May, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e Valéria da Vinha, do Instituto de Economia da UFRJ, acabam de lançar um estudo em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que reúne empresas graúdas brasileiras.

Segundo o relatório, a maioria das empresas ainda lida com o tema aplicando recursos em programas para a preservação de áreas – a exemplo de Furnas, Alcoa e Aracruz –, manejando a própria reserva e a área de influência de suas operações (Vale do Rio Doce) ou monitorando espécies ameaçadas (Petrobrás).

"Nenhuma dessas opções tem a ver com o impacto direto dos processos produtivos. Além disso, grande parte das companhias costuma enxergar a biodiversidade como um assunto de responsabilidade social, relegado ao departamento de marketing ou comunicação", escrevem os autores. O estudo mostra também que empresas e bancos iniciam alguns movimentos com a finalidade de internalizar o tema em seu dia-a-dia.

Um empurrão deverá vir dos índices de sustentabilidade empresarial. Em 2004, o Dow Jones Sustainability introduziu em seu questionário uma cláusula especificamente relacionada à biodiversidade, com foco nos processos produtivos das companhias de energia, construção e mineração.



FOTOS: MARCOS AMEND



AS ATIVIDADES humanas nos últimos cem anos, sob as práticas econômicas vigentes, aceleraram em mil vezes o ritmo de extinção de espécies

orçamento do governo para a conservação da biodiversidade. Por isso é visto como uma das mais importantes ferramentas de proteção ambiental em um país megadiverso, onde os investimentos federais de caráter socioambiental estão a reboque da perseguição de metas de superávit primário.

FERRAMENTAS FINANCEIRAS

Carlos Eduardo Frickmann Young, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em artigo publicado pela ONG Conservação Internacional na revista *Megadiversidade*, mostra que o orçamento do governo para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – o responsável pela criação e pelo gerenciamento das unidades de conservação federais – declinou em 1999-2000 em comparação à média de 1995 a 1998.

O problema dos fundos públicos tradicionais, segundo Young, vem sendo contornado por ferramentas financeiras alternativas. Uma delas é o Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) ecológico, que recompensa os municípios que abrigam áreas protegidas e reservas de bacias hidrográficas. A outra ferramenta é a compensação prevista no Snuc.

Young chegou a fazer uma projeção do potencial de arrecadação de recursos por meio desse mecanismo. Simulou sua incidência sobre os empreendimentos de infra-estrutura do Plano Plurianual 2004-2007 e sobre o total de formação bruta de capital fixo de 2001.

O especialista trabalhou com dois cenários: um mais e outro menos conservador. E chegou aos valores de R$ 356 milhões para o primeiro e R$ 3,65 bilhões para o segundo, ambos expressivos diante do orçamento do governo para a gestão ambiental.

Mas, de tábua de salvação, o Snuc transformou-se em vespeiro. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) contra o artigo 36. Segundo Maria Luiza Werneck dos Santos, advogada da CNI e responsável pelas questões de direito ambiental, a ADIn encontra-se no Supremo Tribunal Federal, que, se considerá-la procedente, vai retirar o artigo da lei.

Enquanto isso, empreendedores e organizações ambientalistas não se entendem quanto à normatização do artigo, que está sendo estudada no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Entre os impasses estão o fato de que a legislação é questionável, pouco específica e dá margem a variadas interpretações. Além disso, as unidades de conservação apresentam tantas falhas estruturais – a começar pela falta de regularização fundiária – que mal têm condições operacionais para receber o dinheiro.

O resultado – paradoxal – é que parece

haver um significativo volume de recursos recolhidos pelas empresas, mas sem aplicação pelo Ibama. Rodrigo Agostinho, do Instituto Vidágua e representante das ONGs no Conama, órgão que monitora a implementação do Snuc, afirma que o volume já alcança R$ 300 milhões. Estimativas mais conservadoras citam R$ 170 milhões. Procuradas para confirmar os números, a diretoria de Ecossistemas do Ibama e a procuradoria-geral da autarquia não responderam à reportagem até a data de fechamento desta edição.

> A compensação tem de ser feita em função do dano estimado e não do custo total da obra

Segundo Maria Luiza, da CNI, o artigo viola o princípio da legalidade, o da harmonia e independência dos poderes, o da razoabilidade e da proporcionalidade, e ainda pode configurar enriquecimento sem causa pelo Estado.

O PARADOXO É QUE HÁ RECURSOS PARA A CONSERVAÇÃO QUE NÃO SÃO TOTALMENTE APLICADOS

"O artigo estabelece o percentual mínimo de 0,5%, mas não impõe um máximo, deixando o arbítrio ao órgão administrativo que vai repassar os recursos", diz Maria Luiza. Há controvérsias sobre a metodologia de cálculo utilizado para estabelecer o percentual, que na prática tem variado entre 2% e 3,5% e usa como base o valor do empreendimento: quanto maior ele for, maior a compensação estipulada.

Dessa forma, argumenta a advogada, as empresas de maior porte, que mais investem em tecnologias antipoluição e controle ambiental, são as mais penalizadas, em vez dos empreendimentos menores, que fazem menos investimentos ambientais. Young faz crítica similar: "O texto da lei não define uma metodologia-padrão para ser utilizada nos cálculos. Esse equívoco deve ser desfeito. A compensação tem de ser feita em função do dano estimado e não do custo total do empreendimento", diz.

O professor ainda enumera outras questões que fazem do artigo 36 um assunto tão controverso. Uma delas refere-se ao princípio do mecanismo de compensação. Para Young, todo esse dinheiro provém de atividades que degradam ou podem degradar de forma intensiva o ambiente.

Assim, Young defende que as unidades de conservação não deveriam depender de recursos oriundos da degradação para sobreviver e ampliar-se, mas sim contar com uma verba independente. "Não se deve esperar que haja mais danos à natureza para poder tornar eficiente a conservação da mesma, e não se pode aceitar a compensação ambiental como instrumento ordinário de arrecadação fiscal", diz.

Matas ciliares: abordagem inédita

O plano para a recuperação de matas ciliares no Estado de São Paulo busca uma abordagem inédita. Mais que restaurar a vegetação nativa nas áreas que margeiam os corpos d'água, o programa almeja desenvolver instrumentos financeiros que possibilitem a preservação dessas áreas em longo prazo, aliando os interesses ambientais aos econômicos.

Segundo Helena de Queiroz Carrascosa von Glehn, coordenadora do projeto, de nada vale tentar plantar mudas sem envolver os agentes econômicos e políticos da região, como agricultores, fazendeiros e a Secretaria de Agricultura, em um programa de longa duração, do qual eles próprios sejam os beneficiados.

No território paulista, cerca de 1 milhão de hectares de áreas ciliares estão desprotegidos, tornando o solo suscetível à erosão. Entre as conseqüências estão o aparecimento de sulcos e voçorocas, o assoreamento e a redução na oferta de água, a queda da produtividade dos solos, a perda de biodiversidade e a emissão de gás estufa.

A idéia do programa, grosso modo, é criar meios de remunerar quem protege as matas ciliares e cobrar de quem não preserva – com base em cálculos de valoração dos serviços ambientais. Cinco bacias hidrográficas são consideradas prioritárias: Paraíba do Sul, Piracicaba–Capivari–Jundiaí, Tietê–Jacaré, Mogi-Guaçu e Aguapeí.

O programa recebeu doação de US$ 7,75 milhões do Global Environmental Facility, organismo financeiro com projetos voltados à proteção ambiental (recursos repassados pelo Banco Mundial), e conta com US$ 3,3 milhões de contrapartida do governo do Estado de São Paulo, além de US$ 8,47 milhões do Programa Estadual de Microbacias da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.



CHRISTIAN RIZZI/FOLHA IMAGEM

A CNI argumenta que a lei penaliza os empreedimentos nos quais há maior controle ambiental

A outra questão diz respeito ao porquê de os recursos serem destinados exclusivamente a unidades de conservação integral, excluindo os potenciais beneficiários de áreas habitadas como as periferias de centros urbanos, que requerem soluções ambientais urgentes.

Para Ronaldo Serôa da Motta, coordenador de Estudos de Regulação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e estudioso da valoração ambiental há dez anos, a compensação prevista no Snuc possui uma metodologia arbitrária e funciona como um imposto, quando esses gastos deveriam ser discutidos dentro do orçamento público. Em sua opinião, é preciso haver uma discussão aberta e democrática para saber onde e como a sociedade quer aplicar recursos. "Fazer política para o meio ambiente em um círculo fechado é golpe", afirma.

Há mais motivos para dissenso, uma vez que faltam condições operacionais para se receber os recursos. Segundo uma fonte que prefere não se identificar, há poucos meses egressa do governo, existem parques nacionais, como o do Jaú, na Amazônia, que contam com apenas dois funcionários para cuidar de 2,2 mil hectares. "Nesse caso, existe dinheiro, mas como é que vão conseguir aplicá-lo? Nem sempre o problema da área ambiental é falta de dinheiro, mas sim falta de gente. E aumentar o número de funcionários depende do orçamento para a abertura de vagas e realização de concursos públicos", diz.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na revista *Megadiversidade*, reconhece que algumas das unidades de conservação decretadas a partir da década de 60 ainda não foram legal ou completamente criadas e/ou seus proprietários anteriores não foram indenizados. Acrescenta que mais da metade das unidades de conservação federais necessita de algum tipo de regularização dos títulos de posse da terra e cerca de 25% requerem indenizações.

O impasse ilustra que não basta ao setor privado dispor dos recursos, mas, sim, participar de um arcabouço político, aberto à participação pública, e interagir com governos, entidades da sociedade civil e cidadãos. A COP 8 pode ser um bom exercício.

Para Ana Cristina Barros, representante nacional da ONG The Nature Conservancy, a convenção é uma das mais importantes do mundo porque abarca uma gama de temas, como uso da terra, florestas e desmatamento, mudanças climáticas e acesso a recursos genéticos.

Na opinião de Dias, do MMA, que já participou de todas as COPs anteriores, o principal tema será a negociação de um regime internacional de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios. "Disso poderá resultar um protocolo para combater a biopirataria e proteger os conhecimentos das populações tradicionais relacionados à biodiversidade", afirma. *Amália Safatle*

Por que somos tão vulneráveis?

A PRESENTE CRISE É APENAS A MAIS NOVA ONDA DE UMA MARÉ HISTÓRICA: A CADA RECOMPOSIÇÃO, ACOMODAM-SE AS EXIGÊNCIAS DOS SETORES ORGANIZADOS E MAIS PODEROSOS, ATÉ QUE SE ESGOTAM OS RECURSOS DOS GRUPOS NO PODER. ENTÃO, OS INSACIADOS SACODEM OS GALHOS PARA A TROCA DE MANDO

Tem algo a ver com Valérios, Delúbios, Jeffersons. Tem muito a ver com a colcha de retalhos da Constituição de 1988, já remendada com 47 novos trapos desde sua aprovação. Mas, segundo o professor Dircêo Torrecillas Ramos, doutor e livre-docente em Direito do Estado, professor de Direito Constitucional da FGV-EAESP, a origem das nossas debilidades institucionais é ainda mais remota. "Desde 1850 legislamos para a formação de partidos programáticos, que representem a variedade de opiniões e ideologias da sociedade, mas na prática deu-se um jeitinho para que o eleito possa mudar de legenda e até de ideologia sem perder o mandato", observa. Dessa maneira, explica, o candidato financiado por empresas e setores acaba se comprometendo mais com seus apoiadores financeiros do que com as idéias que defendeu na campanha.

"É pratica antiga, com declaração ou sem recibo, esse negócio de financiar campanha eleitoral com o objetivo de influir no desenvolvimento de negócios do Estado ou nas regulamentações", lembra Torrecillas. Assim, nossa legislação acaba flutuando ao sabor desses interesses, e não conseguimos estabelecer e seguir estratégias que atendam aos interesses e objetivos da sociedade, completa. Na sua opinião, quando o governo já não atende à s demandas dos grupos mais organizados e influentes, começa o desmanche. "O ex-presidente Fernando Collor só perdeu porque não soube preservar os amigos e negociar com as instituições numa posição de força. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda tem grandes forças ao seu lado, mas quando a balança comercial e a balança cambial se inverterem e a oposição não puder ser responsabilizada por instabilidades econômicas, ele ficará sozinho."

Se a situação induz à sensação de esquizofrenia, nada a estranhar. "A realidade institucional, que vemos na imprensa diariamente, é de crise profunda, de verdadeiro apocalipse, mas a realidade da sociedade é o que ela vivencia de fato", observa Torrecillas. A vulnerabilidade das instituições, na sua visão, nasce de uma frágil relação com a sociedade como um todo: o Estado brasileiro nasceu como instrumento de insteresses restritos e nunca representou um projeto de nação que contemplasse a diversidade do espectro social.

A GANGORRA DO PODER

Para Octávio Amorim Neto, Ph.D. em Ciência Política pela Universidade da Califórnia (San Diego) e professor de Ciência Política da Escola de Pós-Graduação de Economia (EPGE) da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro, o Brasil tem praticamente agendadas suas crises de governabilidade. "Para entendê-las, é preciso, em primeiro lugar, recordar, rapidamente, a experiência de todos nossos presidentes democráticos, isto é, aqueles que governaram o país entre 1946 e 1964 e 1985 e 2005. Comparando-se todas nossas presidências democráticas, constata-se uma perigosa regularidade: governos de coalizão foram quase sempre sucedidos

LALO DE ALMEIDA



CRIAMOS PARTIDOS PROGRAMÁTICOS, MAS DEU-SE UM JEITINHO

por presidentes que podem ser considerados *outsiders,* que, por sua vez, não conseguiram terminar seus mandatos", observa.

Assim, lembra Amorim, nosso primeiro presidente democraticamente eleito, Eurico Dutra, iniciou seu governo em 1946, apoiado por uma coalizão integrada pelo PSD e o PTB. Mais tarde, o PTB foi excluído do governo, dando lugar à UDN e ao PR. Em 1951, Dutra foi sucedido por Getulio Vargas, que pouco compromisso tinha, de fato, com qualquer partido. Mesmo tendo recheado de siglas seu ministério, nunca conseguiu estabilizar a base parlamentar. "Não à toa, sua Presidência foi abalada por uma série de crises, culminando com seu suicídio em agosto de 1954", comenta Octávio Amorim, recordando que o vice de Vargas, Café Filho, também incapaz de estabelecer um relacionamento harmônico com a maioria do Congresso, acabou deposto a dois meses do fim do mandato, completado por Nereu Ramos. Já Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, compôs um amplo e sólido ministério de coalizão que o acompanhou até o fim do mandato, em janeiro de 1961. Kubitschek foi sucedido por Jânio Quadros, o *outsider* por excelência. Sempre desprezando os partidos e o Congresso, Jânio renunciou ao cabo de sete meses. João Goulart, seu vice, só conseguiu assumir a Presidência depois de aprovada a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo. A Presidência de João Goulart, como se sabe, foi um fracasso político, tendo sido abortada pelo golpe militar de março de 1964.

> "Nenhum presidente minoritário conseguiu completar o mandato"

O CUSTO DA COALIZÃO

Vinte e um anos depois, restabelecido o poder civil, José Sarney tomou posse em março de 1985 e governou com uma coalizão integrada pelo PMDB e o PFL. "Surpreendentemente, o padrão verificado entre 1946 e 1964 se verifica novamente: Fernando Collor, outro *outsider* por excelência, sucede a Sarney e se recusa a formar uma maioria parlamentar", lembra Amorim. Deu no que deu e em 1992 ele sofre o *impeachment*, dando lugar a Itamar Franco, em cujo governo começa a ser asfaltado o caminho para o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Em 1994, FHC chega à Presidência no rastro do Plano Real. Em 1998 é reeleito – não sem enfrentar uma crise originada em denúncias de compras de votos –, logo acomodada por sua poderosa coalizão. Tendo contra si apenas o PT e alguns aliados menores, ele gozou por oito anos do mais estável governo, do ponto de vista político, dos nossos dois períodos democráticos. Segundo Amorim, a lógica subjacente à sucessão de um governo de coalizão por um *outsider*



NOSSAS crises institucionais nascem nas dificuldades que os presidentes enfrentam para manter maiorias parlamentares



DESDE fevereiro de 2005, Lula tem um traço em comum com os *outsiders*: todos foram ou se tornaram minoritários no Congresso

PARA O ELEITO MUDAR DE LEGENDA SEM PERDER O MANDATO

é simples: a manutenção de um governo de coalizão, ainda que garanta estabilidade e efetividade políticas ao titular da Presidência, implica complexas e custosas negociações.

Tais negociações tendem a retardar o processo decisório e podem gerar a suspeita de serem escusas, irritando os eleitores e, portanto, enfraquecendo a autoridade presidencial. O eleitorado, por sua vez, pune a coalizão governativa alçando ao poder um candidato visceralmente oposto ao sistema de partidos, ou seja, um *outsider*. Nesse sentido, a imprensa joga um importante papel, ao traduzir a crise e qualificar seus protagonistas. Para entender o momento atual, é importante verificar como Lula é apresentado à opinião pública pela mídia.

Amorim não considera o atual presidente um *outsider*, apesar de Lula e seu grupo terem sempre sido tratados, pela imprensa em geral, como organismo estranho ao ambiente político tradicional. "Trata-se do líder de um partido, o PT, que há vinte e cinco anos disputa eleições e que conta com forte apoio nos sindicatos, nas universidades, no funcionalismo público, na Igreja e no MST. Ademais, hoje, o PT é o maior partido na Câmara", pondera.

Na opinião do cientista político, o fato de FHC ter passado o bastão ao líder de uma sólida organização partidária constitui uma feliz ruptura com o perigoso padrão observado até então. No entanto, acrescenta, "desde a vitória de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara, em fevereiro de 2005, surge um traço de semelhança entre Lula e os presidentes *outsiders*: todos foram ou se tornaram minoritários no Congresso. E nenhum presidente minoritário jamais terminou o seu mandato em nossa história. Lula está correndo seriamente esse risco", sentencia.

Nossas crises de governabilidade nascem, em boa medida, nas dificuldades que os presidentes enfrentam para formar e manter maiorias parlamentares. Para Amorim, essas dificuldades são geradas, quase sempre, "pela fragmentação do sistema partidário e pelos fracos incentivos à cooperação interpartidária inerentes ao presidencialismo puro. Se, por um lado, a fragmentação do sistema partidário dispersa o poder, por outro, o regime presidencialista puro tende a concentrá-lo, criando um híbrido institucional muito complexo e vulnerável a crises", completa.

Receita para mais estabilidade? Segundo Amorim, precisamos de reformas políticas desenhadas para reduzir o número de partidos e limitar os poderes da Presidência. Segundo Dircêo Torrecillas, também precisamos de instituições que realmente representem o Brasil.

retrato



REFAVELA

FOTO: LALO DE ALMEIDA

Trezentas e noventa e seis famílias inundadas pela água da chuva que se junta ao rio e ganha força. É a Favela do Gato, às margens do Tamanduateí, exposta na chegada a São Paulo pela Marginal Tietê. Na metrópole de concreto, não há por onde a água escoar. Quem sofre é 1,6 milhão de favelados. No Gato, há três anos a favela transformou-se em parque e os moradores, em condôminos. O rio continua sujo, mas a vida, um pouco mais digna

GRÁTIS
REVISÃO
GERAL

Inovação na base é artigo raro

AS FORÇAS DE MERCADO COMEÇAM A EMPURRAR EMPRESAS E BANCOS AO ENCONTRO DOS SEGMENTOS DE BAIXA RENDA. O PAÍS, ENTRETANTO, CONTA NOS DEDOS AS INICIATIVAS NESTA SEARA

Com quatro quintos de sua população sofrendo sob o modelo de um capitalismo excludente e vivendo sob más condições econômicas, ambientais e sociais, sobram motivos para que o Brasil desenvolva mecanismos inovadores de produção, consumo e crédito, por meio de estratégias que não só atendam às classes de baixa renda como também beneficiem as empresas. O país, entretanto, conta nos dedos as iniciativas criativas nessa área.

É de prever que as forças de mercado, mais dia, menos dia, vão empurrar as empresas e os bancos ao encontro dos segmentos populares, uma vez que dificilmente manterão sua rentabilidade atuando apenas com o público de alta renda, cujos mercados começam a ficar saturados. A questão, contudo, é mais complexa. Atender ao consumidor de baixa renda requer altas doses de inovação, não só na maneira de agir diante de um novíssimo mercado como na forma de enxergá-lo.

Esse mercado consumidor é formado por 163 milhões de pessoas, que ganham menos de R$ 1.800 e respondem por quase metade da renda disponível no país. No alfabeto do consumo popular, pertencem às camadas C, D e E, mas a língua que falam ainda é pouco compreendida pelos tomadores de decisão do mundo econômico. Desse total, 83 milhões ganham menos de R$ 1 mil por mês, e constituem a chamada base da pirâmide social brasileira.

Atender à essa parte da população remete a outra questão crucial: como incorporar uma massa de consumidores sem criar pressão sobre os recursos naturais e energéticos do planeta? De novo, o componente da inovação faz-se necessário para encontrar alternativas sustentáveis que neutralizem o impacto.

Acostumados a repetir fórmulas consagradas, empresas e bancos têm de descer às bases para entender as idiossincrasias de um consumidor que simplesmente desconhecem. E descer às bases vai além de fazer pesquisas de mercado ou fabricar produtos mais acessíveis, em embalagens menores, por exemplo. Que o diga a Nike, em sua frustrada tentativa de vender tênis mais baratos aos chineses (*leia quadro "Nike: preço não é tudo"*).

Ao excluir 4 bilhões de pessoas das oportunidades de desenvolvimento econômico e social que o sistema capitalista pode oferecer, as empresas estão perdendo dinheiro, e por isso chegaram a uma encruzilhada, para usar a expressão de um dos maiores especialistas no tema, Stuart Hart, autor do livro *Capitalism at the Crossroads*, Ph.D. pela Universidade de Michigan e professor de administração na Universidade Cornell, nos Estados Unidos.

Enquanto os acionistas esperam rentabilidade de dois dígitos, as corporações multinacionais apresentam taxas de crescimento anuais de 2% a 3%. Uma pesquisa mostra que, assim que chegam ao topo de um ranking como o da *Fortune* 50, as maiores companhias do mundo não conseguem sustentar suas taxas de crescimento (*ver gráfico ao lado*).



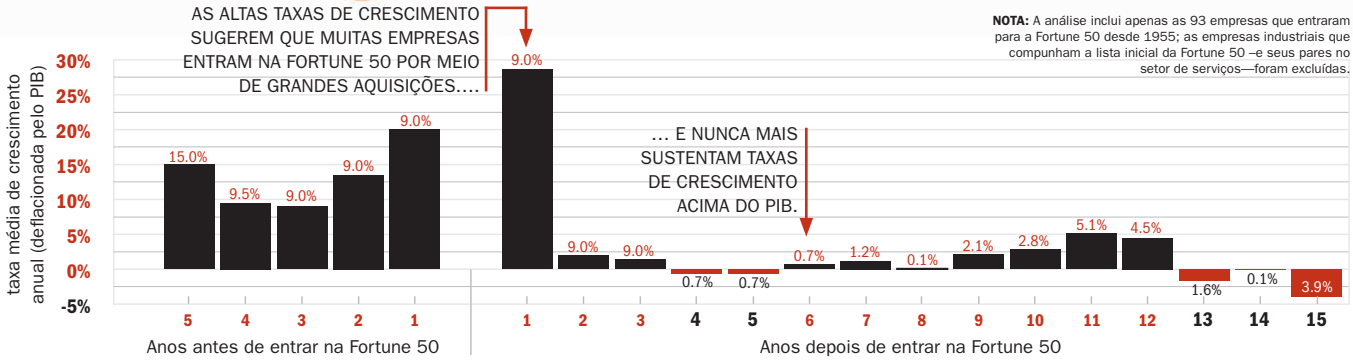
Hart é categórico: ou as empresas começam a incorporar a clientela da base da pirâmide ou acabarão sumindo do mapa. Algumas delas, como Unilever e DuPont, já saíram na frente. Com essa estratégia, tendem a abocanhar fatias de *market*

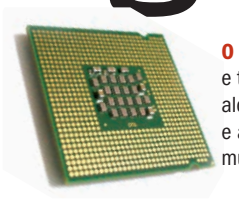


Taxa média de crescimento anual das empresas que entram na lista das 50 maiores da Fortune

Fonte: Compustat; Corporate Strategy Board pesquisa e análise

NOTA: A análise inclui apenas as 93 empresas que entraram para a Fortune 50 desde 1955; as empresas industriais que compunham a lista inicial da Fortune 50 –e seus pares no setor de serviços—foram excluídas.





O GRUPO RB criou logística e tecnologia próprias para alcançar as favelas de Fortaleza e a zona rural de todos os municípios cearenses



O BANCO do Nordeste desenvolveu um crédito em que o contrato social faz as vezes do oficial

STUART HART MOSTRA QUE É PRECISO ROMPER COM VELHOS PARADIGMAS PARA SE INTEGRAR DE FATO À REDE DOS CONSUMIDORES

share, uma vez que atuar na base da pirâmide pressupõe atuar em grande escala.

A DuPont, por exemplo, participa de um consórcio formado por mais de dez empresas, que duas vezes por ano se reúnem em Cornell para trocar idéias e experiências sobre o assunto. Além disso, já definiu sete programas de atuação na base e no "meio" da pirâmide de países em desenvolvimento.

Experiências internacionais, como a da Imperial Tobacco Company, na Índia, e da ApproTEC, no Quênia, descritas por Hart na revista *Stanford Social Innovation*, ligada à Stanford Graduate School of Business, mostram como é preciso romper com velhos paradigmas e buscar efetiva comunicação entre os gestores e o consumidor – a ponto de os administradores se integrarem à rede de relacionamentos das populações de baixa de renda e de criarem em conjunto maneiras diferenciadas de satisfazê-las, com ganhos para os dois lados. (*leia os quadros "Choupanas on-line", e "Bombeando lucros"*).

Dentre as poucas experiências brasileiras que incorporam alguns desses aspectos – sem falar de *cases* mais conhecidos, como o das Casas Bahia – estão a da RB Distribuidora, que atende às classes D e E no Ceará, e a do microcrédito oferecido pelo Banco do Nordeste.

A RB é exemplo de empresa naturalmente envolvida com seu público consumidor, constituído de moradores de favelas e bairros da periferia de Fortaleza e de áreas rurais do interior do Ceará.

É um público que, sem acesso ao transporte aos centros atacadistas, sobrevive da comercialização de produtos básicos, como alimento, higiene e limpeza. E que monta a sua vendinha abrindo a janela de casa.

Pode-se dizer que a RB atende ao Brasil real, oferecendo logística, condições de parcelamento, pronta entrega e marcas de qualidade a 15 mil pontos-de-venda em todos os 184 municípios cearenses – segundo informações do diretor-executivo da empresa, Weima Pinheiro Bezerra.

O sucesso do grupo está em vender aquilo que o público quer, nas condições que pode pagar – e por um preço mais baixo que o oferecido pelos tradicionais atacadistas. A RB pulou a parte recomendada por Hart de descer às bases, porque em seu dia-a-dia já está envolvida com elas.

Dos 260 funcionários, 180 são vendedores e promotores de vendas que pessoalmente se dirigem às favelas e áreas rurais, põem os pés nas ruas de terra e travam um relacionamento sistemático com os clientes, semanalmente.

"Não fazemos pesquisas formais de mercado. Fazemos reuniões com nossos vendedores, que recebem muita informação quando estão

Choupanas on-line

Durante um século, a ITC, grande fabricante indiana de tabaco, comprou e exportou produtos à base de soja, mas começava a ter o sucesso minado por ineficiências do sistema agrícola hindu. Esse sistema tradicional, centrado nos chamados *mandis*, leilões aos quais o agricultor levava seus produtos para ser comercializados, deixava o pequeno produtor em desvantagem, a começar pelo fato de que os leiloeiros tinham mais acesso a informações sobre as condições de mercado das commodities.

A ITC criou um site do mercado de soja, construiu nos vilarejos choupanas informatizadas com acesso à internet e passou a fornecer informações do mercado aos pequenos agricultores. Com isso, eles têm mais poder de barganha e ainda podem acessar órgãos oficiais e agentes de microcrédito, entre outras possibilidades. A ITC pretende conectar mil vilarejos indianos até a próxima década.

na rua e sempre ficam sabendo quais as preferências do cliente, até porque eles também pertencem a essas classes sociais", diz Bezerra.

E, assim, a RB não só estabeleceu uma relação de confiança com o cliente como descobriu que ele quer marcas de qualidade, prazo de pagamento, reposição constante dos produtos, lojas enfeitadas e coloridas e campanhas promocionais. As pesquisas formais de mercado estão por conta da Unilever e da Kimberly-Clark, que são dois de seus quatro maiores fornecedores, ao lado da empresa mineira de laticínios Embaré e da fabricante de sucos Sukest, de Bauru (SP).

SIMBIOSE COM O FORNECEDOR

A parceria com os fornecedores tem sido decisiva na empreitada da RB, que assim consegue comprar produtos a preços mais baixos. Com isso, seus fornecedores expandem o *market share*, ganham na escala e chegam a clientes que dificilmente teriam acesso a seus produtos, abrindo vantagem em relação à concorrência.

Outra forma de parceria se dá por meio do aparelhamento das lojas. A Unilever, por exemplo, pinta os pontos-de-venda e fornece gôndolas, cartazes e bandeirolas para atrair a clientela dos comerciantes.

Nessa simbiose, a Unilever alcançou uma participação de mercado para o detergente em pó de 84,5% no Ceará, enquanto no Brasil é de 68,9%, exemplifica Bezerra. "Já a Procter & Gamble tem dificuldade para se desenvolver aqui no Estado", diz.

A tecnologia também é primordial: foi desenvolvida pela própria empresa para dar conta do sistema de crédito e dos gerenciamentos de estoque, contábil e financeiro. Graças à ferramenta tecnológica, a empresa chega ao cliente com carros automatizados e vendedores munidos de *palmtops*. Assim, consegue realizar parcelamentos, pronta entrega e emitir notas fiscais.

Nem tudo são rosas. O aparato acaba chamando a atenção dos assaltantes. "Os carros têm cofre de segurança, mas os vendedores sempre andam com R$ 100 no bolso. Ou para dar de troco ou para entregar ao bandido." É o Brasil real.

No Brasil real, o acesso ao crédito é outro problema. Há apenas duas instituições financeiras no País que disponibilizam linhas de microcrédito: ABN e Banco do Nordeste. "O microcrédito dá retorno, mas custa mais que uma operação normal. Os bancos preferem fazer CDC (*Crédito Direto ao Consumidor*)", afirma Stélio Gama Lyra Júnior, superintendente do Banco do Nordeste.

Inspirado no Grameen Bank, de Bangladesh, o banco criou em 1998 uma linha de crédito solidário, o CrediAmigo, hoje com 182 mil clientes ativos e inadimplência de 0,77%. Os empréstimos até agosto acumulam R$ 1,87 bilhão, dos quais R$ 346,8 milhões realizados este ano. Do total de clientes, 33% têm renda familiar mensal de até R$ 600. Para valores emprestados até R$ 1 mil, o banco cobra juros de 2% ao mês, e taxa de abertura de até 4%.

> "Os vendedores sempre andam com R$ 100 no bolso. Para dar de troco ou entregar ao bandido"

Nike: preço não é tudo

Ao oferecer tênis relativamente mais baratos, a cerca de US$ 10 a US$ 15, a Nike acreditou que conquistaria a grande massa de chineses que não podem pagar pelo produto de marca. Mas falhou tanto na produção como na distribuição.

O resultado foi a falência da loja World Shoe na China.

O primeiro erro foi utilizar apenas a rede já existente de fabricantes. Acostumados a produzir tênis de alto valor que lhes asseguravam uma margem de ganho alta, eles não tinham estímulo para confeccionar produtos que lhes dariam lucros menores. O segundo erro foi usar o canal de vendas de sempre, formado por varejistas das grandes cidades chinesas. A World Shoe ficou ao lado de lojas sofisticadas de Pequim e Xangai, onde um Nike custa US$ 150.

Stuart Hart indica qual alternativa a Nike poderia ter usado para evitar o fracasso: firmar parcerias com um de seus maiores inimigos, o falsificador. Ao mesmo tempo que combateria a pirataria, utilizaria os trunfos competitivos desses agentes, como a capacidade de produzir a custos menores e de alcançar com precisão os consumidores de baixa renda. E, de quebra, ainda poderia transmitir práticas sociais e ambientais a esses fabricantes, em um processo de ganha-ganha para todos os envolvidos.



A CAMADA intermediária da pirâmide brasileira abrange uma população maior que a da Argentina, Chile e Uruguai juntos



O DATA POPULAR incorpora aos dados de mercado informações demográficas, etnográficas e antropológicas

> O CompreBem tomou emprestado elementos das feiras livres e as vendas aumentaram 26%

Assim como na experiência de Bangladesh, o Banco do Nordeste realiza empréstimos a grupos de pessoas amigas que moram perto, são indicadas entre elas e ajudam umas às outras a honrar os compromissos. Gama explica que foram feitas algumas adaptações para o Brasil, mas o princípio é o mesmo: o da solidariedade e do capital social, substituindo as tradicionais formas de crédito.

O efeito multiplicador desse mecanismo em termos econômicos e sociais está sendo estudado juntamente com o Banco Mundial, por meio de 4 mil entrevistas. A avaliação deverá ser repetida em 2006 e 2007.

Outras experiências focam não exatamente a base, mas sim o meio da pirâmide. Uma dessas é a das lojas CompreBem, do Grupo Pão de Açúcar, que criou um programa específico para atender à classe C, mas que facilmente desce para a D quando um dos cônjuges não trabalha e o parceiro perde o emprego.

Essa camada intermediária da pirâmide abrange uma população maior que a da Argentina, Chile e Uruguai juntos, representa 29% do consumo nacional e responde por 35% das compras de alimentos, bebidas e itens de higiene e limpeza, segundo o Data Popular – instituto de pesquisas e consultoria exclusivamente voltado ao consumo de baixa renda, que incorpora aos dados de mercado informações demográficas, etnográficas e antropológicas.

Uma das iniciativas do CompreBem foi pôr seus executivos – diretores, gerentes e gerentes de lojas – para morar alguns dias junto de consumidores da Grande São Paulo, pertencentes às camadas desde a B2 à D, que têm renda familiar mensal de R$ 500 a R$ 3 mil.

A experiência foi repetida em novembro no Rio de Janeiro, afirma Hugo Bethlem, diretor-executivo do CompreBem que preside um fórum de estudos sobre baixa renda na Fundação Getulio Vargas.

De posse de informações sobre as preferências e hábitos do consumidor, a empresa remodelou suas lojas. Segundo Renato Meirelles, pesquisador do Data Popular, o CompreBem percebeu que, mesmo vendendo frutas, legumes e verduras mais barato, os consumidores preferiam comprar em feiras livres.

Assim, a empresa tomou emprestados das feiras elementos como cores mais vivas, disposição farta de produtos, maiores opções de escolha, medidas mais palpáveis como baciada e dúzia (em vez de quilo), barraca de pastel com caldo de cana e a possibilidade de provar os alimentos na hora. "O resultado é que as vendas aumentaram 26%. Não se trata de estereótipo, é um dado real", diz Meirelles.

O CompreBem também tem usado como ferramenta de relacionamento com o cliente a publicação de revistas e jornais, distribuídos nas lojas. Com tiragem de 1,2 milhão de exem-

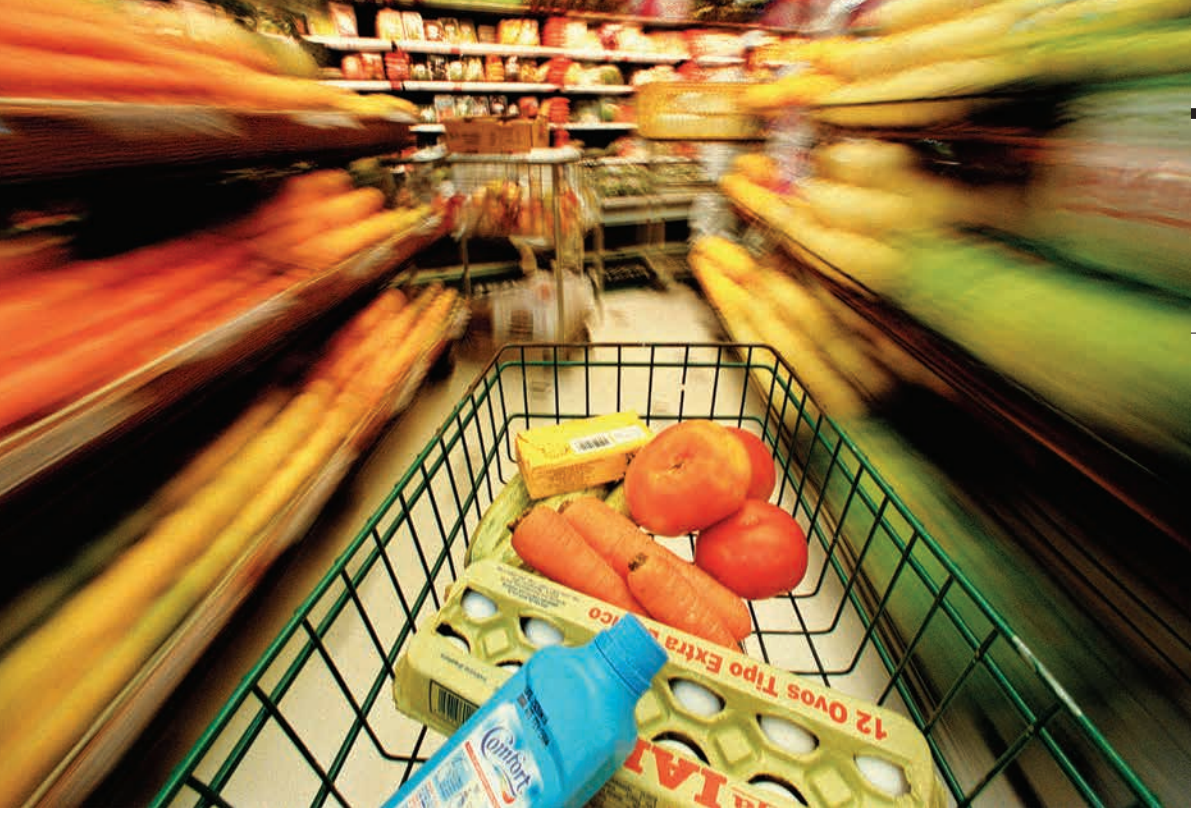
Bombeando lucros

A World Water Corporation nasceu em 1984, para explorar o suprimento de água e energia em países em desenvolvimento. Seu trunfo era uma bomba d'água movida a energia solar, com capacidade dez vezes superior à de qualquer bomba do tipo.

Em 2000, a empresa iniciou operações em 17 países, trabalhando por meio de contratos de longo prazo firmados com o governo federal. Mas ignorou o fato de que lidava com governos de natureza corrupta e instável. O potencial de lucratividade da empresa passou a chamar a atenção de burocratas interessados em algum tipo de vantagem. Isso fez com que as ações da World Water começassem a cair.

Enquanto isso, a ApproTEC se instalava no Quênia, optando por uma abordagem diferente em termos tecnológicos e em modelo de negócio: a bomba era operada manualmente por pequenos agricultores e obteve aceitação porque foi desenhada juntamente com eles. Por menos de US$ 100, pode ser comprada diretamente pelos produtores rurais, sem que a empresa tenha de firmar acordos com os governos do Quênia e da Tanzânia, evitando se expor a processos complexos e eventualmente corruptos.

Hoje, a ApproTEC expande operações pela África e estima que a receita adicional advinda das bombas d'água equivale a 0,5% do PIB queniano.



LALO DE ALMEIDA

163 MILHÕES de pessoas no Brasil ganham menos de R$ 1.800 por mês e respondem por quase metade da renda disponível

TECNOLOGIA ANTES OFERECIDA SÓ AO TOPO DA PIRÂMIDE AMPLIOU EM SETE VEZES O ALCANCE DA DUPONT NO MÉXICO

plares em São Paulo e 800 mil no Rio, trazem dicas de economia de luz e água, de aproveitamento de resíduos e de como obter renda extra com a venda de materiais recicláveis, além de informações sobre o direito do consumidor, receitas com ingredientes de baixo custo e um roteiro de cultura e lazer grátis.

SILO ALTERNATIVO

Outra iniciativa voltada ao meio da pirâmide é da DuPont, que lançou há seis meses um produto para o pequeno agricultor sem condições financeiras de armazenar suas safras em silos convencionais. Esse agricultor acaba vendendo a produção em condições de preço desfavoráveis e perde a oportunidade de traçar estratégias de comercialização, armazenagem e separação dos grãos por tipo e variedade.

Para atendê-lo, a DuPont lançou um silo flexível feito de plástico reciclável, revestido de dióxido de titânio, chamado Silox, que permite um custo de armazenagem por saca de R$ 0,80, ante R$ 2 dos silos convencionais. Está sendo vendido em 11 estados do país a produtores de milho, soja, trigo e sorgo ao preço de R$ 2,4 mil, em média.

O Silox foi inserido nos programas que a DuPont traçou para países em desenvolvimento. Um deles já foi aplicado no México, para pequenos plantadores de milho, e os demais referem-se a construção, segurança alimentar, sustentabilidade de poços de petróleo e nutrição acessível. Sem revelar o nome, Eduardo Wanick, presidente da DuPont para a América Latina, diz que este último programa está sendo desenvolvido em parceria com uma empresa de alimentos que é sua cliente.

No México, a DuPont lançou uma família de seis sementes de milho híbrido, não transgênico, adequado às condições de plantio de 70 mil pequenos agricultores que até então não contavam com tecnologia, capital e acesso a canais de distribuição, produzindo em regime de subsistência.

"Estamos levando a eles uma tecnologia que só estava disponível para o topo da pirâmide, fazendo com que a produtividade chegue a triplicar e, assim, consigam melhores condições de comercialização", diz Wanick. Ao mesmo tempo, a DuPont abocanha um mercado de mais de 7 milhões de hectares no México, quando antes atendia a apenas 1 milhão de hectares.

Prova de que há maneiras inteligentes e menos predatórias de se produzir e consumir, derrubando a tese de que, para um lado ganhar, o outro tem de perder. *Amália Safatle*

agenda

UNIÃO PELA ÁGUA

O Encontro por uma Nova Cultura da Água na América Latina será um fórum aberto que pretende resultar na constituição, ou fortalecimento, de redes de colaboração entre os movimentos sociais e a comunidade científica, sempre enfocando a gestão da água na América Latina. Conferências, palestras, apresentação de pôsteres e grupos de trabalho ocorrem de 5 a 9 de dezembro, em Fortaleza.

MAIS INFORMAÇÕES: HTTP://WWW.UNIZAR.ES/FNCA/AMERICA

DEBATE ABERTO

Para discutir o tema "Política Ambiental Integrada e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais", o Ministério do Meio Ambiente promove, de 10 a 13 de dezembro de 2005, em Brasília, a II Conferência Nacional de Meio Ambiente. É uma instância para que não só acadêmicos e formuladores de políticas públicas possam participar da construção da política nacional de meio ambiente e acompanhar as ações desenvolvidas pelo governo, mas também empresários e o restante da sociedade.

MAIS INFORMAÇÕES: WWW.MMA.GOV.BR/CONFERENCIANACIONAL





AO LONGO DA COSTA

O I Simpósio sobre Biomas Costeiros e Marinhos, de 12 a 16 de dezembro de 2005, em Salvador, discutirá soluções e alternativas para reduzir os impactos ambientais em biomas localizados no litoral brasileiro, área de maior concentração de população do país.

MAIS INFORMAÇÕES: HTTP://WWW.BIOMASBRASILEIROS.COM.BR

TRÊS EM UM

A Feira de Negócios do Setor de Energia, prevista para 14 a 16 de março de 2006 em Araçatuba, interior de São Paulo, engloba dois eventos: a FeiBio, feira sobre biocombustíveis com foco em biodiesel, e o IV Fórum Brasil-Alemanha sobre Biodiesel. Estarão reunidos expositores das áreas sucroalcooleiras, industriais, administrativas, de meio ambiente e biodiesel.

MAIS INFORMAÇÕES: WWW.FEICANA.COM.BR

ECONOMIA DO CARBONO

Os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o mercado de carbono serão objeto do Carbon Markets Americas, seminário que ocorre em 29 e 30 de março de 2006, no Rio de Janeiro.

MAIS INFORMAÇÕES: HTTP://WWW.GREENPOWERCONFERENCES.COM/EVENTS/LATAM.HTM

EDUCAR PARA O MEIO AMBIENTE

O V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental reunirá representantes de mais de 30 países, de 5 a 8 de abril de 2006, em Joinville, Santa Catarina. Os debates vão abordar a contribuição que a educação ambiental pode dar na promoção da sustentabilidade.

MAIS INFORMAÇÕES: HTTP://WWW.5IBEROEA.ORG.BR

CERTIFICAÇÃO

O Forest Stewardship Council (FSC) promove a segunda edição da Feira Brasil Certificado, de 18 a 20 de abril de 2006, em São Paulo. O objetivo é reunir compradores e fornecedores de produtos certificados de toda a América Latina. A feira é aberta ao público.

MAIS INFORMAÇÕES: HTTP://WWW.BRASILCERTIFICADO.COM.BR

última



LUCIANO MARTINS COSTA, escritor e jornalista, é *publisher* desta revista



TOM BRAZ

O pensamento,/ com seus frutos/ encalhados na memória,/ polui as águas/ do abstrato oceano da imaginação.

Excluído radical

Chama-se Raimundo Arruda Sobrinho, sua certidão indica que nasceu em 1º de junho de 1938. Tecnicamente, encontra-se no rés-do-chão da exclusão social. Vive há mais de quinze anos no canteiro central da Avenida Pedroso de Morais, Alto de Pinheiros, bairro de classe média alta na Zona Oeste de São Paulo. Usa roupas feitas com sacos de aniagem e papel, uma capa feita de sacos de lixo o protege do frio. Se lhe dão roupas ou calçados, distribui aos outros pobres que passam por ali. Passa o dia pensando e escrevendo. Raimundo cedeu para ADIANTE a reflexão ao lado. Não sabe dizer se a criou ou se copiou de algum lugar: "O pensamento é do mundo".
ADIANTE: "Você se considera excluído?" — Raimundo: "Nada quero. Então, tenho tudo".